

LC/MVD/R. 10 (Sem 44/5)

Distr.
RESTRINGIDA

LC/MVD/R.10 (Sem44/5)
21 de marzo de 1988

ORIGINAL: PORTUGUES

C E P A L

Comisión Económica para América Latina y el Caribe
Oficina de Montevideo

Seminario Taller Técnico sobre medición e
Investigación de la Pobreza en Argentina, Brasil y
Uruguay, organizado por la Dirección General de
estadística y Censos del Uruguay (DGEC) y la
Comisión Económica para América Latina y el Caribe
(CEPAL).

Montevideo, 11 al 14 de abril de 1988



INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS DE LAS CONSECUENCIAS DE LA RECESIÓN
DE LOS OCHENTA EN BRASIL*

*Este documento ha sido preparado por el señor Claudio L. Salm funcionario de la
Facultad de Economía de la Universidad Federal de Rio de Janeiro, Brasil.

INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS

1. TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO
ESPACIAL DA POPULAÇÃO
2. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO,
SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA
E POBREZA

VERSÃO PRELIMINAR

1. TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Os últimos anos vêm consistentemente revelando um novo cenário acerca da evolução da população brasileira, com importantes mudanças no perfil de sua composição, estrutura, distribuição espacial e padrões reprodutivos.

O processo de mudanças nos padrões demográficos brasileiros segue, com suas particularidades históricas, a experiência internacional da chamada transição demográfica, qual seja, a tendência a uma estabilização do crescimento populacional, com base em níveis baixos de mortalidade e fecundidade.

Em linhas gerais, o declínio da mortalidade vem ocorrendo de forma gradual há algumas décadas, sendo mais expressivo nas Unidades da Federação e regiões onde o grau de urbanização e de desenvolvimento econômico foi mais intenso. Nos últimos anos, a partir da década de 70, esse declínio da mortalidade acelerou-se com significativos ganhos na esperança média de vida ao nascer e redução nos indicadores de mortalidade infantil. Quanto à fecundidade, a retrospectiva histórica de sua evolução põe em evidência a longa estabilidade de seus níveis, os quais, em média, mantiveram-se durante muitas décadas em patamares superiores a 6 filhos por mulher, embora com padrões regionais distintos. O Censo de 1970 já registra o processo de declínio da fecundidade, o qual, à diferença do observado na mortalidade, caracterizou-se por um ritmo rápido, acentuando-se em um primeiro momento nas regiões mais desenvolvidas e nas áreas urbanas em geral, onde os níveis reprodutivos já eram relativamente mais baixos. Nos anos recentes, e sobretudo no início da década de

80, esse declínio, além de ter sofrido uma ligeira aceleração, generalizou-se intensamente pelo conjunto do País, atingindo regiões e situações rurais onde prevaleciam padrões que favoreciam a fecundidade elevada.

Tais fenômenos parecem se revestir de condições concretas que afastam possibilidades objetivas de reversibilidade, estabelecendo-se assim um conjunto de processos de natureza sócio-econômica e cultural que asseguram a continuidade da transição demográfica no Brasil. A nível concreto, a notável expansão e difusão do uso de meios anticonceptivos e, mais recentemente, o significativo avanço da esterilização, apontam também no sentido de tornar ~~irreversível o processo de declínio da fecundidade.~~

A outra componente demográfica básica, as migrações, igualmente emite sinais de alterações no curso das tendências observadas em décadas passadas. Embora não estejam disponíveis dados referentes aos primeiros anos da década de 80, o que não permite sequer estimar os fluxos e movimentos que vêm ocorrendo recentemente, existem indicações relevantes no sentido de apontar novos processos e tendências que estariam tomando forma no período recente.

Assim, ter-se-ia uma redefinição da magnitude de tradicionais fluxos interregionais, com reflexos sobre a redistribuição espacial da população brasileira. Conquanto a expectativa seja de que a proporção de população urbana persista aumentando significativamente, estima-se que importantes reorientações vêm ocorrendo, no sentido de expressivas correntes migratórias dirigirem-se para áreas urbanas e metropolitanas nas regiões Norte e Nordeste, desacelerando-se o histórico deslocamento para o eixo Centro-Sul e suas grandes cidades. Da mesma forma, as indicações

acerca das migrações de retorno de nordestinos residentes na Região Sudeste para suas áreas de origem no Nordeste, sugerem um quadro de refluxo migratório, a nível regional.

Em linhas gerais, o quadro da situação demográfica brasileira estaria revelando a persistência e continuidade de mudanças fundamentais nos padrões de reprodução e mobilidade populacional, de tal forma que se supõe estar assistindo a um processo de transição que conduz a uma nítida ruptura com os padrões anteriormente estabelecidos. Os efeitos e reflexos dessa transição sobre a dinâmica da vida social e econômica deverão ser particularmente intensos e demandarão um grande esforço de perquirição e reflexão.

No item seguinte, pretende-se fornecer uma visão mais detalhada da situação atual e das linhas de mudança dos principais elementos constituintes da dinâmica demográfica.

1 - A DINÂMICA DEMOGRÁFICA RECENTE

1.1 - Fecundidade

A fecundidade brasileira conheceu um longo período de estabilidade de seus níveis, que certamente remonta a séculos passados, mas que por falta de informações precisas, somente pôde ser efetivamente calculada a partir de 1940. Assim, níveis e levados de fecundidade, visualizados na Tabela 1, permeiam as diversas regiões e situações de domicílio, embora, desde 1940, as taxas sejam mais elevadas nas regiões economicamente mais atrasadas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) do que nas regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul). Assim, por exemplo, a taxa

de Fecundidade Total das mulheres residentes na Região Sudeste em 1970 era da ordem de 4,5 filhos em média por mulher, o que já comprovava um declínio gradual dos níveis de fecundidade regionais, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na década de 70, a fecundidade cai em torno de 24,5% no Brasil, atingindo todas as regiões e situações urbano-rurais. O ritmo do declínio é relativamente menos intenso nas regiões onde a fecundidade era mais elevada (Norte e Nordeste) e nas áreas rurais. Em média, no Brasil, reduz-se a fecundidade em torno de 1,5 filho a menos por mulher, entre 1970 e 1980.

Já entre 1980 e 1984, assiste-se ao vertiginoso descenso da taxa de fecundidade. Assim é que, nesse curto período, a TFT decresceu em torno de 19% no Brasil, com variações regionais de intensidade distintas das observadas na década passada, visto que, nos primeiros anos da década de 80, o declínio relativo é maior nas regiões de fecundidade mais alta do que nas regiões de fecundidade mais baixa. Também nas áreas rurais o declínio da fecundidade se faz sentir de forma mais atuante, o que reforça a convicção que vive-se em um período onde a transição da fecundidade generalizou-se pelo conjunto do País, seja no campo ou na cidade, atingindo também um amplo espectro social de famílias interessadas em reformular os padrões e reduzir o tamanho da prole.

Nesse sentido, a tabela 2 ilustra o grau de generalização da fecundidade e os níveis de diferenciação, segundo atributos sócio-econômicos das mulheres e famílias. Como já foi anteriormente assinalado, a evolução histórica das formas de organização social e econômica no Brasil, tenderam a inicialmente influir sobre os níveis de fecundidade das classes médias e al-

tas, atingindo mais recentemente os volumosos contingentes identificados com as classes e camadas mais pobres, sejam assalariadas ou não.

Desse modo, ainda é bastante expressiva a diferença entre os níveis de fecundidade dos grupos mais pobres para as camadas médias e altas, mas a redução da taxa de fecundidade entre as primeiras vem sendo intensificada nos últimos anos, a ponto de, nas áreas urbanas por exemplo, em média, os grupos de mais baixa renda ou instrução, em 1984, não atingirem o número de 5 filhos por mulher. Estima-se que, entre 1970 e 1984, esses grupos tiveram uma redução na fecundidade da ordem de 3 filhos em média por mulher, o que demonstra claramente o impacto da transição da fecundidade entre a população de baixa renda.

As causas de tal processo estão intimamente associadas aos padrões de organização econômica e social, funcionando como uma resposta, a nível de comportamento reprodutivo, ao avanço das relações sociais capitalistas. A redução do tamanho da família é um ajustamento requerido às relações de monetarização da economia, ao declínio das atividades de subsistência. É um imperativo social às famílias, crescentemente vivendo em relações assalariadas, em face das relações de mercado, das necessidades de consumo e da diversificação e ampliação dos custos de subsistência e reprodução de seus membros, características do funcionamento de uma sociedade que se moderniza.

Os meios que concretizam esse ajustamento localizam-se principalmente na difusão do uso de métodos anticoncepcionais, como pode ser verificado nas tabelas 3 e 4.

Segundo pesquisa da BENFAM, em 1986, 65% das mulheres atualmente casadas na faixa de 15 a 44 anos de idade, estavam

usando algum método anticonceptivo, sendo essa proporção mais elevada nas regiões mais desenvolvidas, mas igualmente expressiva nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Deve-se ressaltar o peso majoritário, em todas as regiões, da esterilização feminina, a qual identifica o recurso a um método irreversível, em termos de fecundidade. Na faixa de 30 anos em diante, é extremamente elevada a proporção de mulheres esterilizadas, após terem tido um número "ideal" de filhos, em torno de 2 ou 3. A extensão da esterilização também ocorre em todas as regiões e seu emprego somente é inferior ao uso da pílula, nas áreas rurais.

Em suma, as tendências recentes observadas no Brasil, a generalização do declínio da fecundidade por todas as regiões e classes sociais e o espetacular avanço do uso de métodos anticoncepcionais, fatores esses conjugados às transformações econômicas e sociais, conduzem à hipótese da continuidade, nos anos imediatos, do processo de transição da fecundidade brasileira para níveis baixos e compatíveis com os padrões de estabilização e crescimento populacional moderado.

1.2 - Mortalidade

Historicamente, foram os níveis elevados de mortalidade no Brasil que, de certa forma, regularam o tamanho da fecundidade, tendo em vista a necessidade que as famílias tinham de gerar uma quantidade de filhos capaz de sobreviver até a idade adulta. Com efeito, por volta da virada do século XX, a esperança média de vida ao nascer no Brasil pode ser estimada entre 27 e 33 anos, ou seja, extremamente baixa. A mortalidade era uma componente demográfica fundamental na evolução da população brasileira.

Somente em 1960, a esperança de vida ultrapassa a casa de 50 anos, após décadas de ampliação dos serviços médicos, de higiene e de saneamento urbano. A partir de 1970 a extensão, diversificação e progresso técnico no campo médico-sanitário, garantiu uma redução mais acelerada da mortalidade, propiciando ganhos na esperança de vida da ordem de 12 anos, em média, entre 1970 e 1984. O impacto da tecnologia médica e da extensão dos serviços hospitalares, de higiene e saneamento sobre as condições de mortalidade, tem se revelado de grande importância, afetando os níveis de mortalidade geral e infantil, a despeito das carências e desigualdades sociais representadas pela exclusão de amplos segmentos populacionais das melhorias no campo da distribuição de rendimentos, educação, alimentação, moradia e participação social.

Nesse sentido, os efeitos da generalização da tecnologia médico-sanitária, da rede hospitalar e das políticas públicas, vem funcionando como fatores exógenos que condicionam e dão o ritmo do declínio da mortalidade. A esperança de vida ao nascer, conforme a tabela 5, é da ordem de 65,3 anos no Brasil, em 1984. As regiões Sul e Sudeste têm valores superiores a 70 anos, enquanto o Nordeste está ainda com 55 anos. Os últimos anos, de certa forma, ampliaram a diferença de esperança de vida entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas, embora a mesma venha aumentando também no Nordeste.

~~Apesar das políticas públicas no campo médico-sanitário, os componentes econômicos e sociais têm seu peso específico na configuração da mortalidade e determinam limites a sua evolução,~~ na medida em que são expressivas as causas de morte derivadas das condições estruturais de existência da população. As

sim, em relação à mortalidade infantil (tabela 6), apesar do declínio observado nas últimas décadas, o nível de 68,1% é ainda consideravelmente elevado, em termos de padrões internacionais. Além das causas de natureza estrutural que impelem a população a condições precárias do vida, a distribuição e o acesso aos serviços médicos-sanitários é social e regionalmente desigual, de tal forma que, na Região Nordeste, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil em 1984 atingia a 105%. Mesmo nas regiões mais desenvolvidas, a mortalidade infantil oscilava entre 45 e 50%, valor que é superior ao dobro, em média, do observado nos países desenvolvidos.

A chamada desigualdade social diante das probabilidades de morte, pode ser visualizada na tabela 7. Em que pese todos os avanços no campo médico-sanitário e o processo histórico, recentemente acelerado, de declínio da mortalidade, o grupo de renda familiar de mais de 5 salários-mínimos no Brasil pode viver, em média, mais 16 anos do que o grupo de renda inferior a 1 salário-mínimo. Também em termos dos atributos de instrução a escala de diferenciação é igualmente ampla.

No que toca à mortalidade infantil, a taxa do grupo de renda familiar mais baixa é 60% superior à do grupo de renda familiar de mais de 5 salários-mínimos. Tanto a esperança de vida quanto a mortalidade infantil apresentam, nas áreas rurais, valores desfavoráveis em relação às áreas urbanas.

Em síntese, a mortalidade no Brasil vem declinando consideravelmente nas últimas décadas, a tal ponto que, em termos de mortalidade geral pode-se afirmar que seu peso específico na estrutura e evolução da população brasileira é atualmente bastante modesto, visto que, as mudanças significativas no padrão

de evolução demográfica estão hoje fortemente associadas ao desempenho da fecundidade. Significa isso que os ganhos ainda necessários na mortalidade não terão uma influência fundamental na composição demográfica do País; mas, do ponto de vista social, tais ganhos são imperativos para a correção de uma situação que exclui parcialmente do acesso aos serviços de saúde e saneamento e dos benefícios da melhoria das condições de vida e reprodução, parte substancial da população pobre, especialmente aquela residente nas regiões mais atrasadas.

1.3 - Migração

A análise das migrações recentes no Brasil acha-se grandemente prejudicada pelo fato de inexistirem informações e estatísticas referentes aos movimentos migratórios em curso na década de 80. Com efeito, os últimos dados que cobrem o País e as Unidades da Federação são os do Censo Demográfico de 1980, cujos resultados espelham preferencialmente os movimentos observados na década de 70.

Os especialistas no assunto tem recentemente se voltado para determinadas indicações que sugerem reorientações parciais nos movimentos e fluxos migratórios, segundo origem ou destino e que estariam introduzindo mudanças, até certo ponto relevantes, nos padrões migratórios prevalecentes nas últimas décadas.

Assim, ao se consultar a tabela 8, percebe-se que, na década de 70, além do declínio absoluto da população rural no Brasil (salvo nas regiões Norte e Nordeste), ocorreu igualmente uma pequena desaceleração do ritmo de crescimento da população

urbana, explicado naturalmente pelo declínio da fecundidade no País. Porém, quando se observam os padrões regionais desses ritmos de crescimento urbano e rural, vê-se que nas regiões Norte e Centro-Oeste o crescimento urbano foi intenso, enquanto na Região Sudeste e também na Sul, o ritmo foi mais lento e inferior ao da década de 60. Percebe-se então que, comparando-se regionalmente as taxas geométricas de crescimento das populações urbanas e rurais na década de 70, já é possível traçar uma primeira aproximação das tendências migratórias de novo tipo.

A tabela 9 fornece os valores absolutos do incremento populacional da década de 70. A magnitude dos mesmos relativiza conclusões que podem ser sugeridas apenas com o exame das taxas de crescimento, como por exemplo, o fato de que apesar das taxas de crescimento urbano terem sido mais elevadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, o incremento populacional das mesmas na década foi da ordem de 1,4 e 2,7 milhões, respectivamente, enquanto na Região Sudeste, com taxa de crescimento bem inferior, o incremento foi de 13,9 milhões. A relativização fica por conta, portanto, do cuidado que se deve tomar quando se considera apenas as taxas, esquecendo-se das magnitudes em questão. Nesse sentido, o incremento populacional nas Regiões Norte e Centro-Oeste, em boa parte fruto de processos migratórios recentes, ainda é pequeno, em termos absolutos, enquanto o ritmo de crescimento declinante na Região Sudeste, fruto em parte de um descenso relativo da migração para essa região, revela ainda um potencial de crescimento populacional considerável.

A tabela 10 fornece os fluxos migratórios segundo região de origem e destino e dá uma imagem bastante precisa da mobilidade espacial nos anos 70.

Assim, mais de 5,4 milhões de pessoas mudaram de região na década, sendo que o Sudeste permaneceu como pólo de atração principal, tendo para lá se dirigido 54,3% dos fluxos inter-regionais. A Região Centro-Oeste também recebeu um fluxo considerável, vindo em segundo lugar com 1,140 milhão de migrantes (20,8 do total), estando a região Norte em terceiro, com 692 mil (12,6% do total). A grande absorção de migrantes da Região Sudeste corresponde à experiência histórica dessa região como receptora de fluxos populacionais. Chama atenção no entanto, o peso ascendente das Regiões Norte e Centro-Oeste, que receberam juntas quase 34% do total de migrações inter-regionais na década de 70 e representam um pólo de atração significativamente importante na década passada.

A Região Nordeste continuou sendo a região que mais liberou migrantes inter-regionais, com cerca de 2,425 milhões, aparecendo a Região Sul em segundo lugar, com 1,344 milhão

A reorientação regional dos movimentos migratórios pode ser atestada, em primeiro lugar, pelo peso recente das migrações para as áreas de fronteira econômica do Norte e Centro-Oeste. Em segundo, pela desaceleração relativa dos fluxos para a Região Sudeste, embora esses ainda sejam os fluxos predominantes. Em seguida, pela continuidade dos processos migratórios da Região Nordeste, onde na década de 70, ao processo histórico de migração para fora da região, acrescentou-se um processo interno de migração, que reteve população em áreas urbanas da própria região. Também o surgimento da Região Sul como região expulsora de população é um acontecimento absolutamente identificado com os novos padrões migratórios regionais.

Na tabela 11, visualiza-se a elevada proporção de des-

tino urbano das migrações no Brasil (76,2%), prevalecendo os fluxos para as Regiões Metropolitanas (31,0%), sendo porém muito importante. os fluxos para municípios pequenos com menos de 100.000 habitantes (24,4%). A evolução da distribuição residencial da população urbana pode ser observada na tabela 12, a qual mostra que na década de 70 são exatamente os municípios com população entre 2.001 e 50.000 habitantes que apresentam as maiores proporções de crescimento relativo (66,4%), enquanto nas décadas passadas eram os municípios maiores (50.001 a 500.000 habitantes, e mais de 500.000 habitantes) que detinham o maior percentual de crescimento relativo.

Sem dúvida, a década de 70 promoveu uma certa desconcentração espacial do crescimento urbano, apesar de continuarem crescendo expressivamente os grandes centros urbanos e as Regiões Metropolitanas, conforme se pode verificar na tabela 13.

Eletivamente, as Regiões Metropolitanas, com exceção de Curitiba, experimentaram um declínio na intensidade do crescimento durante a década de 70, sendo que os municípios periféricos das RMs cresceram invariavelmente a taxas superiores ao núcleo central (capital).

A desconcentração passa então por uma maior capacidade de retenção populacional por parte das regiões tradicionalmente expulsoras de mão-de-obra, como o Nordeste; pela diminuição relativa dos fluxos migratórios para o Sudeste; pelo aumento das migrações de retorno dos nordestinos; pela ampliação dos movimentos populacionais em direção ao Norte e Centro-Oeste; e pelo crescimento da população em cidades pequenas e médias, além das cidades maiores e metrópoles regionais.

Todas essas situações que de algum modo foram ocorren-

do na década de 70, parecem estar se reproduzindo ou se intensificando nos primeiros anos da década de 80. Junte-se a isso o processo existente de transição da fecundidade e se torna possível prever resultados e conseqüências no sentido de uma grande transformação nos padrões demográficos brasileiros.

II - AS PERSPECTIVAS DA EVOLUÇÃO POPULACIONAL CONSEQÜÊNCIAS PREVISÍVEIS

Tendo em vista os traços gerais da transição demográfica brasileira, melhor percebidos através dos resultados referentes aos primeiros anos da década de 80, os especialistas têm sido obrigados a proceder a constantes exercícios de correção das projeções populacionais.

Com efeito, além de alterações no tamanho anteriormente projetado para a população brasileira, necessário se faz estimar a variação na estrutura etária, na distribuição regional e por situação de domicílio. A rápida queda da fecundidade é a causa principal das alterações na estrutura e composição da população, embora o envelhecimento da mesma, fruto de significativos ganhos que se vêm observando na esperança de vida, concorra também para as revisões nas projeções.

As reorientações que começam a ser assinaladas nos movimentos migratórios tendem a influir poderosamente sobre a distribuição regional e a situação rural-urbana, merecendo igualmente atenção sobre seu comportamento em futuro próximo.

Um outro ponto de reflexão diz respeito à evolução recente da população economicamente ativa no Brasil. Pela tabela

14, percebe-se que, enquanto nas últimas três décadas as variações nas taxas de atividade da população masculina foram em média de pequena monta o mesmo não pode ser dito em relação às variações nas taxas de atividade feminina. Assim, entre 1950 e 1980 praticamente dobrou a taxa de atividade feminina, com crescimento gradual nas décadas de 50 e 60 e acelerado na década de 70, quando a taxa passou de 18,4% para 26,9%. Isto ocorreu sobretudo nas classes de idade potencialmente mais produtivas. O avanço do trabalho feminino parece ter sido generalizado tanto entre classes de renda quanto no que se refere à situação conjugal. Nesse sentido, ~~face aos requisitos econômicos e aos novos valores sócio-culturais que se consolidam no atual estágio de desenvolvimento econômico e social, a inserção das mulheres nas atividades econômicas parece ser mais uma daquelas tendências com alto grau de não reversibilidade, conquanto os níveis de atividade das mulheres ainda sejam, em média, inferiores aos dos homens.~~

O crescimento das atividades femininas pode também estar funcionando como mais um fator de inibição da fecundidade e, por conseguinte, inserindo-se no conjunto de tendências que favorecem a transição demográfica.

Em linhas gerais, o crescimento da população economicamente ativa no Brasil tem se dado em ritmo mais rápido do que o crescimento da população total e da população em idade ativa, em grande parte devido ao crescimento da atividade feminina.

As tendências para as décadas próximas sugerem a existência de forças que favorecem a intensificação do ritmo de crescimento da PEA, com base na ascensão ao mercado de trabalho de coortes de idades de épocas de alta fecundidade e na evolução his

tórica dos níveis de atividades feminina.

Em termos de projeções da população brasileira, com metodologias já incorporando os níveis de mortalidade e fecundidade subjacentes à PNAD-1984, os valores da tabela 15 mostram as perspectivas em dois cenários plausíveis para o ano 2000.

Em ambos, independente do fato das diferenças da magnitude, observa-se considerável diminuição relativa da proporção de população jovem no ano 2000 em relação a 1980 (38,7% em 1980 para 27,5% em 2000 - Hipótese B) e o avanço na participação das idades ativas e mesmo do grupo idoso — que aumentaria entre 3 e 3,6 milhões de pessoas entre 1980 e o ano 2000.

Os efeitos da desaceleração do crescimento aparecem, em primeiro lugar, nessa redistribuição etária da população. O crescimento relativo do grupo em idade ativa variaria, conforme a hipótese, entre 2,2% e 2,47% ao ano, em média, contra um crescimento relativo do grupo de 0-15 anos entre 1,4% e -0,1% ao ano, em média.

Percebe-se, então, que o crescimento da população em idade ativa implicaria, até o ano 2000, um crescimento relativo das taxas da PEA superiores às taxas de crescimento da população em geral, que variaria entre 1,9% e 1,6% ao ano, em média.

Essas projeções implicam, também, de um lado, em ligeiras quedas na relação entre população em idade ativa e idosos; de outro, (Hipótese B) decréscimos relativos e mesmo absolutos da população de 0-15 anos.

Em suma, importa reafirmar que a transição demográfica no Brasil é um fenômeno cujo desdobramento previsível é indispensável à formulação de políticas públicas.

TABELA 1
BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1940 / 1984
Taxa de Fecundidade Total, por situação de domicílio

BRASIL E GRANDES REGIÕES	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL											
	1940	1950	1960	1970			1980			1984		
				Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
BRASIL	6,16	6,21	6,28	5,76	4,54	7,72	4,35	3,63	6,40	3,53	3,03	5,32
Região Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,62	9,59	6,45	5,24	8,04	-	4,04	-
Região Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,44	8,45	6,13	4,94	7,66	4,96	4,00	6,47
Região Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,83	7,14	3,45	3,17	5,46	2,96	2,70	4,99
Região Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	4,06	6,86	3,63	3,20	4,55	3,04	2,79	3,62
Região Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	5,31	7,71	4,51	3,97	5,98	3,38	3,06	4,57

FONTE: Censos Demográficos 1940 a 1980.

Resultados Preliminares da PNAD 1984.

TABELA 2

BRASIL - 1984

Taxa de Fecundidade total, por situação de domicílio, segundo classes de renda familiar e anos de estudos das mulheres

ANOS DE ESTUDO DA MULHER E CLASSES DE RENDA FAMILIAR	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL		
	Total	Urbana	Rural
ANOS DE ESTUDO			
Sem instrução e menos de 1 ano	5,52	4,53	6,93
De 1 a 3 anos	4,32	3,83	5,41
4 anos	3,43	3,32	3,97
De 5 a 8 anos	2,92	2,77	4,01
9 anos e mais	2,31	2,24	3,15
RENDA FAMILIAR			
Menos de 1 Salário Mínimo	5,85	4,73	7,31
1 a 2 S.M.	5,04	4,58	6,00
2 a 3 S.M.	3,61	3,34	4,17
3 a 5 S.M.	2,94	2,75	3,77
Mais de 5 S.M.	1,98	1,91	2,41

FONTE: Resultados Preliminares da PNAD 1984.

TABELA 3

BRASIL - 1986 - E REGIÕES

Mulheres Atualmente Casadas ou em União, de 15 a 44 Anos, segundo uso e tipo de método anti-concepcional. Distribuição Percentual (%)

Uso Atual e Método	Brasil	RJ	SP	Região Sul	Região Centro-Leste *	Região Nordeste	Região Norte e Centro-Oeste **
<u>USANDO</u>	<u>65,3</u>	<u>70,6</u>	<u>72,7</u>	<u>72,6</u>	<u>61,6</u>	<u>53,0</u>	<u>63,1</u>
Esterilização Feminina	(27,2)	(33,6)	(31,5)	(18,3)	(25,1)	(25,3)	(42,0)
Esterilização Masculina	(0,8)	(0,2)	(2,0)	(0,5)	(0,6)	(0,2)	(1,2)
Pílulas	(25,0)	(25,2)	(24,7)	(39,6)	(23,1)	(17,4)	(13,5)
Coito interrompido	(5,0)	(3,1)	(6,6)	(7,5)	(2,9)	(4,2)	(1,9)
Métodos Naturais	(4,3)	(5,3)	(3,4)	(3,7)	(5,5)	(4,5)	(3,5)
Condom	(1,6)	(1,8)	(3,2)	(1,4)	(2,0)	(0,4)	(0,7)
DIU	(0,9)	(1,1)	(0,7)	(1,4)	(1,8)	(0,4)	(0,5)
Métodos Vaginais	(0,5)	(0,4)	(0,7)	(0,2)	(0,6)	(0,5)	(0,0)
<u>NÃO USANDO</u>	<u>34,7</u>	<u>29,4</u>	<u>27,3</u>	<u>27,4</u>	<u>38,4</u>	<u>47,0</u>	<u>36,9</u>
Atualmente Grávida	(10,0)	(8,2)	(8,2)	(7,9)	(12,5)	(13,2)	(7,7)
Outros	(24,7)	(21,2)	(19,1)	(19,5)	(25,9)	(33,8)	(29,2)
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BENFAM. Pesquisa Nacional de Saúde Materno Infantil e Planejamento Familiar. Relatório Preliminar.

* Região Centro-Leste: Minas Gerais e Espírito Santo.

** Região Norte e Centro-Oeste: Somente área urbana.

TABELA 4
BRASIL - 1986

Mulheres Atualmente Casadas ou em União, de 15 a 44 anos de Idade, por situação de domicílio, segundo uso e tipo de método anticoncepcional.

Distribuição Percentual (%)

Uso Atual e Método	Situação de Domicílio		
	Total	Urbano	Rural
<u>USANDO</u>	<u>65,3</u>	<u>68,3</u>	<u>57,2</u>
Esterilização Feminina	(27,2)	(30,3)	(18,6)
Esterilização Masculina	(0,8)	(0,9)	(0,4)
Pílulas	(25,0)	(24,8)	(25,8)
Coito Interrompido	(5,0)	(3,9)	(8,0)
Métodos Naturais	(4,3)	(4,7)	(3,0)
Condom	(1,6)	(1,9)	(0,9)
DIU	(0,9)	(1,2)	(0,2)
Métodos Vaginais	(0,5)	(0,5)	(0,3)
<u>NÃO USANDO</u>	<u>34,7</u>	<u>31,7</u>	<u>42,8</u>
Atualmente Grávida	(10,0)	(9,0)	(12,5)
Outros	(24,7)	(22,7)	(30,3)
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: BENFAM. Pesquisa Nacional de Saúde Materno Infantil e Planejamento Familiar. Relatório Preliminar.

TABELA 5
BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1940/1984
Esperança de Vida ao Nascer.

BRASIL E GRANDES REGIÕES	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (%)					
	1940	1950	1960	1970	1980	1984
BRASIL	41,53	45,51	51,64	53,46	60,08	65,28
Região Norte	40,69	44,59	53,36	54,63	63,64	69,92*
Região Nordeste	38,68	38,94	40,98	45,54	51,01	55,64
Região Sudeste	43,53	48,95	57,18	57,30	64,35	70,46
Região Sul	49,19	52,82	60,32	60,03	67,22	71,42
Região Centro-Oeste	47,92	51,11	56,65	58,93	63,86	69,18

FONTE: Censos Demográficos 1940 a 1980
Resultados Preliminares da PNAD 1984

* 1984, Região Norte somente área urbana.

TABELA 6
BRASIL E GRANDES REGIÕES - 1940/1984
Probabilidade de Morte Antes de Com
pletar um Ano de Idade

BRASIL E GRANDES REGIÕES	PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DO 1º ANO DE VIDA (%)					
	1940	1950	1960	1970	1980	1984
BRASIL	163,59	146,37	121,08	113,79	88,0	68,14
Região Norte	167,31	150,27	114,19	109,13	74,3	51,03*
Região Nordeste	176,38	175,20	166,03	146,25	124,5	105,14
Região Sudeste	154,85	132,05	99,11	98,65	71,6	49,07
Região Sul	131,06	116,34	86,96	88,07	60,9	45,59
Região Centro-Oeste	136,29	123,23	101,19	92,31	73,5	53,70

FONTE: Censos Demográficos 1950 a 1980
Resultados Preliminares da PNAD 1984.

* 1984, Região Norte somente área urbana.

TABELA 7
BRASIL - 1984

Esperança de Vida ao Nascer e Probabilidade de Morte Antes de Completar Um Ano de Idade, por situação de domicílio, segundo classes de renda familiar e anos de estudo das mulheres.

ANOS DE ESTUDO DA MULHER E CLASSES DE RENDA FAMILIAR	ESPERANÇA DE VIDA (e_0)			PROBABILIDADE DE MORTES ANTES DO 1º ANO DE VIDA (q_1)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
ANOS DE ESTUDO						
Sem instrução e menos de 1 ano	55,10	56,21	54,12	107,27	102,91	111,15
De 1 a 3 anos	62,29	63,36	60,90	79,41	75,38	84,73
4 anos	68,03	68,41	66,79	57,93	56,52	62,50
De 5 a 8 anos	72,64	72,86	69,59	41,24	40,48	52,22
9 anos e mais	-	-	-	-	-	-
RENTA FAMILIAR						
Menos de 1 S.M.	57,45	58,23	56,86	98,05	95,04	100,37
1 a 2 S.M.	62,04	63,42	59,79	80,37	75,15	88,98
2 a 3 S.M.	67,61	69,19	62,72	59,49	53,69	77,78
3 a 5 S.M.	69,68	70,26	66,67	51,90	49,80	62,93
Mais de 5 S.M.	73,38	73,33	71,31	38,62	38,80	45,97

Fonte: Resultados Preliminares da PNAD 1984.

TABELA 8

Taxas Geométricas de Crescimento Populacional Anual, por Situação de Domicílio, Brasil e Grandes Regiões, 1960-1970 e 1970-1980

BRASIL E GRANDES REGIÕES	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL					
	TOTAL		URBANA		RURAL	
	1960 /1970	1970 /1980	1960 /1970	1970 /1980	1960 /1970	1970 /1980
BRASIL	2,93	2,48	5,16	4,44	0,69	-0,62
Região Norte	3,40	5,02	5,28	6,44	2,09	3,70
Região Nordeste	2,41	2,16	4,52	4,10	1,14	0,53
Região Sudeste	2,76	2,64	5,14	3,99	-1,60	-2,00
Região Sul	3,42	1,44	5,17	4,98	2,23	-2,48
Região Centro-Oeste	5,57	4,05	9,15	7,69	3,15	-0,81

Fonte: Censos Demográficos.

TABELA 9

Incremento Populacional na década de 1970
por situação de domicílio. Brasil e Grandes
Regiões.

Valores Absolutos

BRASIL E GRANDES REGIÕES	INCREMENTO POPULACIONAL NA DÉCADA DE 1970		
	Total	Urbana	Rural
BRASIL	25.862.773	28.350.387	-2.487.614
Região Norte	2.276.408	1.410.550	865.858
Região Nordeste	6.699.435	5.812.827	886.608
Região Nordeste	11.880.625	13.875.480	-1.994.855
Região Sul	2.534.669	4.574.312	-2.039.643
Região Centro-Oeste	2.471.636	2.677.218	- 205.582

FCNIE: Censos Demográficos 1970 e 1980.

TABELA 10

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS NA DÉCADA 70-80

ORIGEM	D E S T I N O					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
TOTAL	692.047 (12,63)	366.227 (6,69)	2.973.537 (54,28)	305.182 (5,57)	1.140.976 (20,83)	5.477.969 (100,00)
Região Norte	-	28.537 (24,03)	53.621 (45,17)	6.753 (5,67)	29.841 (25,13)	118.752 (100,00)
Região Nordeste	256.865 (10,59)	-	1.785.807 (73,65)	34.774 (1,43)	347.180 (14,32)	2.424.626 (100,00)
Região Sudeste	127.523 (11,70)	264.022 (24,22)	-	228.792 (20,99)	469.561 (43,09)	1.089.898 (100,00)
Região Sul	138.358 (10,29)	25.203 (1,99)	886.011 (65,93)	-	294.394 (21,90)	1.343.966 (100,00)
Região Centro-Oeste	169.301 (33,81)	48.465 (9,68)	248.098 (49,55)	34.863 (6,96)	-	500.727 (100,00)

Fonte: Bogus, Lucia M.M. e Taschner, Suzano P.; "Mobilidade Espacial da População Brasileira: aspectos e tendências", Revista Brasileira de Estudos de População, V.3, nº 2, jul/dez. 1986.

TABELA 11

Distribuição Percentual de Destino dos Fluxos Migratórios
Por Situação de Domicílio e Unidades Espaciais.

Brasil - 1980

ORIGEM \ DESTINO	TOTAL	U R B A N O				RURAL	
		Total	Regiões Metropolitanas	Aglomerações Urbanas	Municípios - de 100.000 hab.		Municípios + de 100.000 hab.
TOTAL	23.552.408	<u>76,2</u>	31,0	13,0	24,4	7,8	<u>23,8</u>
<u>URBANO</u>	13.012.140	<u>90,1</u>	38,7	16,2	26,4	8,8	<u>9,9</u>
Regiões Metropolitanas	3.962.188	<u>91,5</u>	60,2	11,0	14,7	5,6	<u>8,5</u>
Aglomerações Urbanas	1.254.204	<u>90,5</u>	26,5	36,8	22,1	5,1	<u>9,5</u>
Municípios com mais de 100.000 habitantes	6.800.982	<u>89,2</u>	28,9	15,9	33,3	11,1	<u>10,8</u>
Municípios com mais de 100.000 habitantes	994.766	<u>90,3</u>	35,5	13,5	31,2	10,1	<u>9,7</u>
<u>RURAL</u>	10.540.268	<u>59,1</u>	21,4	9,1	21,9	6,7	<u>40,9</u>

FONTE: Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais - IBGE.

TABELA 12

BRASIL - 1940/1980

Evolução da Distribuição Residencial da População
Urbana, segundo tamanho de cidades

Em 1.000 pessoas

POPULAÇÃO SEGUNDO TAMANHO DAS CIDADES	A N O S				
	1940	1950	1960	1970	1980
População Urbana					
N.A.	12.880,2	18.782,9	31.533,7	52.085,0	80.436,4
C.R. (%) (*)	-	45,8	66,7	66,4	54,4
População em Cidades de mais de 2.000 hab.					
N.A.	10.410,1	16.011,4	28.697,4	49.284,4	77.369,7
C.R. (%)	-	53,8	79,2	71,7	57,0
População em Cidades de 2001 a 50.000 hab.					
N.A.	5.194,0	7.362,6	12.785,7	18.734,7	31.170,0
C.R. (%)	-	41,8	73,7	46,5	66,4
População em Cidades de 50.001 a 500.000 hab.					
N.A.	2.438,0	3.748,7	6.843,56	15.788,8	23.846,6
C.R. (%)	-	53,8	82,6	130,7	51,0
População em Cidades de mais de 500.000 hab.					
N.A.	2.777,5	4.900,1	9.068,2	14.760,9	22.459,0
C.R. (%)	-	76,4	85,1	62,8	52,2

FUJEB: Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. IBGE.

(*) Crescimento Relativo em cada década.

TABELA 13
REGIÕES METROPOLITANAS
Indicadores Selecionados

Regiões Metropolitanas	Taxa Geométrica Anual de Crescimento 60/70	Taxa Geométrica Anual de Crescimento 70/80	% da População em Relação à População do Estado 1980	% da População do Município da Capital em Relação à População da R.M. 1980	Taxa Geométrica Anual de Crescimento da População do Núcleo 70/80	Taxa Geométrica Anual de Crescimento da População da Periferia 70/80	% de Migrantes na Década para as R.Ms. em Relação à População das R.Ms. 1980
Belém	4,73	4,29	29,36	93,41	3,95	11,29	17,70
Fortaleza	4,87	4,29	29,88	82,76	4,29	4,30	23,01
Recife	4,01	2,73	38,21	51,30	1,27	4,56	26,81
Salvador	4,77	4,40	18,69	85,02	4,07	6,49	17,59
Belo Horizonte	6,26	4,69	18,99	70,11	3,73	7,43	29,36
Rio de Janeiro	3,66	2,44	79,83	56,47	1,82	3,32	14,52
São Paulo	5,53	4,46	50,27	67,49	3,67	6,34	26,61
Curitiba	5,26	5,79	18,88	71,15	5,35	6,95	32,67
Porto Alegre	4,21	3,84	28,72	50,44	2,43	5,53	28,71

FONTES: Censos Demográficos 1960 - 1970 - 1980.

TABELA 14
 Taxas Específicas de Atividade, por idade
 e sexo. Brasil - 1950 - 1980

CLASSES DE IDADE	HOMENS				MULHERES			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
TOTAL	81,0	77,2	71,5	73,1	13,6	16,6	18,4	26,9
10 - 19	53,8	45,2	37,8	41,9	15,7	15,0	14,6	19,9
20 - 29	95,1	94,4	90,5	92,9	16,6	20,8	26,0	27,7
30 - 39	97,4	97,4	96,4	96,6	11,5	17,0	20,9	24,2
40 - 49	96,6	96,0	94,1	91,4	10,7	16,7	19,9	20,1
50 - 59	93,1	90,4	85,4	82,4	9,5	14,6	15,5	21,4
60 - 69	82,9	76,5	68,2	58,3	7,8	11,5	10,1	10,6
70 e +	56,8	49,4	40,4	22,2	4,6	6,3	7,7	2,8

Fonte: Censos Demográficos de 1950 a 1980.

TABELA 15

População Brasileira Observada em 1980 e
 Projetada para o Ano 2000 - Segundo duas
 hipóteses de crescimento
 (Em milhões)

CLASSES DE IDADE	1980		2000			
	OBSERVADA		HIPÓTESE A		HIPÓTESE B	
Total	119,200	100,00	175,500	100,00	164,500	100,00
0 - 14	46,130	38,70	61,074	34,80	45,238	27,50
15 - 64	68,266	57,27	106,669	60,78	110,857	67,39
65 e +	4,804	4,03	7,757	4,42	8,406	5,11

FONTE: Hakkert, Ralph. "A Queda da fecundidade e o novo padrão da estrutura etária brasileira", Anais do V Encontro da ABEP, Águas de São Pedro, SP, 1986.

Hipótese A: Os níveis de fecundidade e de mortalidade de 1984 ficarão constantes, isto é, com taxa de fecundidade total de 3,5 e esperança de vida ao nascer de 65 anos para as mulheres e 61 anos para os homens.

Hipótese B: A queda da fecundidade continua acentuada até que a TFT atinja a 2,0 filhos em média por mulher no quinquênio 1995-1999; simultaneamente ganhos graduais na esperança de vida ao nascer levam a que no quinquênio 2005-2009 seus níveis alcancem a 75 anos para mulheres e 71 anos para os homens.

2. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, SALÁRIOS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA

Esta parte trata daqueles indicadores que antecederam até mesmo a idéia de Indicadores Sociais, embora atualmente estejam a eles incorporados. Isto porque são reflexos mais diretos do desempenho econômico. Como se notará, a seção está organizada de modo a contrastar a década de 80 com as anteriores, especialmente a década de 70.

Este corte não é gratuito e nem se deve à mera disponibilidade de dados censitários. Ocorre em 1980 uma inflexão do crescimento econômico e das transformações estruturais do que pode ser denominado o ciclo de industrialização da economia brasileira. E mais: enquanto a modernização até um certo momento era vista como responsável pelo aumento da desigualdade, ~~surgem na segunda metade da década de 70 sinais de que o desenvolvimento econômico começaria não só a beneficiar os estratos inferiores, como, ao menos nas regiões mais desenvolvidas, atenuar os elevados índices de concentração de renda.~~ Esses sinais, ainda que tímidos, indicavam que o processo se encaminharia numa direção menos perversa.

A profundidade da crise nos primeiros anos da década de 80, o caráter errático dos períodos de recuperação e, principalmente, o esgotamento dos mecanismos de financiamento que pudessem sustentar a continuidade das taxas históricas de crescimento, ameaçam reverter até mesmo aqueles sinais favoráveis acima apontados.

Para alguns, a comparação com a década de 70 não seria legítima, na medida em que esta teria sido uma "década atípica".

Isto porque, em primeiro lugar, as taxas de investimento foram superiores à média histórica, devido à facilidade de acesso ao financiamento externo. Segundo, porque foram implantados importantes segmentos produtivos de forma articulada e simultânea, como que completando a estrutura industrial brasileira. Assim, os efeitos substanciais desse processo sobre a incorporação de mão de obra e a estrutura ocupacional não poderiam prosseguir na mesma intensidade daqui para a frente, mesmo na ausência dos desequilíbrios externos que levaram à recessão no início dos anos 80.

~~Por outro lado, a montagem dessa estrutura criou~~
~~"linkages" muito intensos por todo o aparelho produtivo, fazendo~~
~~com que a propagação de estímulos de renda se dê de~~ forma
~~muito mais rápida e profunda.~~ Dessa maneira, taxas negativas de crescimento tendem a repercutir intensamente na incorporação de mão de obra, da mesma forma que taxas positivas devem produzir efeitos globais mais significativos do que numa economia menos diversificada e integrada, como era a brasileira até o fim dos anos sessenta.

Portanto, quer se veja a década de 70 como "atípica", no sentido de transformações estruturais que não terão seguimento, ou como parte de uma tendência no rumo de uma economia moderna e flexível, o corte em 1980 se sustenta.

I - O DESEMPENHO ATÉ 1980

I.1 - A Economia

A economia brasileira no pós-guerra caracterizou-se por um rápido e praticamente ininterrupto crescimento: entre 1947 e 1980 as taxas médias anuais de crescimento do PIB e do produto industrial foram respectivamente de 7,1% e 8,5%. (Tabela 1).

Tão ou mais importante do que o vigoroso dinamismo econômico nesse período foram as transformações ocorridas na estrutura produtiva, principalmente a partir de meados da década de cinquenta. Entre 1955 e 1980, a participação industrial no PIB cresceu de 26% para 38,1%, enquanto a do setor agropecuário caiu de 23,5% para 10,0% (Tabela 2).

No que se refere à indústria de transformação, as modificações das relações interindustriais em favor dos setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis podem ser avaliadas na Tabela 3.

Enquanto em 1949 os bens de consumo não duráveis eram responsáveis por 72,8% do valor da produção, nos anos de 1959, 1970 e 1980 sua participação caiu para 56,7%, 45,0% e 34,4% respectivamente. No caso dos bens intermediários, embora seu peso já fosse significativo em 1949 (20,4%), entre 1959 e 1980 seu peso cresceu consideravelmente, passando de 24,6% para 37,4%. A expansão mais espetacular ficou por conta dos bens de capital e de consumo durável, os quais elevaram sua proporção no valor da produção, respectivamente, de 4,5% e 2,5% em 1949, para 13,5% e 5,1% em 1959 e 14,7% e 13,5% em 1980.

As alterações da estrutura produtiva acabaram por se

refletir na pauta de exportações, revelando possuir o país, pelo menos para alguns segmentos, certo grau de competitividade. A participação de produtos manufaturados que, em 1968, representava apenas 10,0% das exportações, chega a 40,0% no final da década de setenta (Tabela 4).

I.2 - A Produtividade do Trabalho

O dinamismo econômico e as alterações na estrutura produtiva foram acompanhados de substancial crescimento na produtividade do trabalho: entre 1947 e 1980 o PIB por habitante cresceu a uma taxa média anual de 4,0%.

Por outro lado, tomando-se a relação entre o PIB e a PEA por setor de atividade, notamos que a produtividade industrial aumentou em média 2,0% a.a., no período 1960/80, a do setor agropecuário 3,1% a.a. entre 1960/70 e 4,9% a.a. entre 1970/80 (Tabela 5).

Porém, é importante ressaltar que se o conceito de produtividade industrial é claro e de fácil medição, dado o caráter predominantemente capitalista da produção industrial e a ausência de subemprego, o mesmo não ocorre com a agricultura e o setor terciário. Assim, na indústria, a evolução da razão entre produto e pessoal ocupado representa um indicador consistente das mudanças na produtividade do trabalho. Já na agropecuária, dado que o conceito de ocupação agrícola envolve situações tão díspares que o tornam mais demográfico do que econômico, essa forma de medir a produtividade não mostra resultados tão eloquentes. Basta mencionar que a emigração rural per se poderia implicar aumentos de produtividade.

É conveniente, portanto, além da medida convencional, tomar outros indicadores para compreender o ritmo da modernização e o conseqüente aumento da produtividade agrícola: a utilização de insumos e implementos industriais (fertilizantes e tratores) ou, de modo mais geral, a participação do consumo intermediário no valor da produção agrícola. Quanto maior este consumo, menor a autosuficiência das unidades agrícolas e, por conseguinte, maior a interdependência técnica com os demais setores produtivos.

No que tange a máquinas e implementos, a utilização de tratores era irrisória até 1950, o que torna menos expressivo o grande crescimento entre este ano e 1970. A partir daí, o ritmo de utilização se acelera, com uma taxa média de crescimento de 11,0% a.a. (Tabela 6). O mesmo ocorre com o consumo de fertilizantes, que se intensifica a partir de 1967 (Tabela 7). O indicador mais geral do grau de integração da agricultura, o consumo intermediário, mostra bastante bem a rápida modernização do setor, sobretudo a partir de meados da década de sessenta (Tabela 8).

É preciso, entretanto, relativizar os efeitos da modernização no campo sobre a produtividade global da agropecuária. Na verdade, este processo se distribuiu desigualmente entre as regiões, sendo bem mais intenso no centro-sul (Tabela 9). Assim, apesar do bom desempenho no período considerado, a produtividade na agricultura ainda equivale a 40% da média da economia nacional (Tabela 10).

O que foi dito em relação à aferição da produtividade agrícola aplica-se, em certa medida, ao setor terciário. Também aqui o conceito de ocupação envolve situações díspares, sobre-

tudo no que se refere à "prestação de serviços". Não obstante, se tomarmos apenas aqueles ramos do terciário cujo crescimento é vinculado à produção de bens, notaremos que entre 1970 e 1980 o aumento da produtividade foi sensível: Comércio 2,0%, Transportes 6,0% e Comunicações 15,0% (Tabela 11). Em função disso, ao contrário de grande parte dos países Latino-Americanos, a ocupação terciária em relação à ocupação urbana decresce, algo que não parece confirmar para o Brasil as hipóteses de sobretercialização (Tabela 12).

Finalmente, há que mencionar que o aumento da produtividade nas últimas décadas resultou também de um processo anterior de rápida concentração da produção, tendo como consequência o surgimento de estruturas ocupacionais mais complexas, onde o peso das remunerações das hierarquias típicas do controle burocrático tende a aumentar. Não se dispõe de dados precisos sobre a concentração da produção, mas a queda da parcela salarial dos trabalhadores diretos no valor da transformação industrial indica a ocorrência deste fenômeno, notadamente a partir de meados dos anos sessenta (Tabela 13). Os reflexos dessa piora na distribuição funcional da renda na distribuição pessoal serão vistos mais adiante.

1.3 - Emprego

Entre 1950 e 1980, a População Economicamente Ativa brasileira cresceu a uma taxa média de 3,2% a.a. Sem nenhuma dúvida, o aspecto marcante da evolução nesse período foi a queda da participação do setor primário na estrutura ocupacional, que foi acompanhada de profundas alterações no meio rural, como

veremos adiante. Enquanto em 1950 a agricultura ainda ocupava cerca de 60% da PEA, em 1980 sua participação chegava a 30% (Tabela 14). O ritmo dessa transição, sobretudo a partir de 1960, tem poucos paralelos na história e, associado ao menor desempenho do emprego industrial na década de 50, criou a impressão de que um processo de sobreterciarização estaria ocorrendo.

De fato, nos anos cinqüenta, embora o crescimento líquido do emprego industrial fosse reduzido — 2,3% a.a. enquanto a PEA urbana crescia a 6,3% a.a. —, há que se ressaltar dois fenômenos simultâneos. De um lado, a grande destruição de empregos nas indústrias tradicionais em razão da modernização tecnológica. De outro, a implantação no país da indústria pesada que vai servir de base para o crescimento do emprego até meados da década de 70 (Tabelas 15 e 16).

Dessa maneira, as décadas de 60 e 70 vão se caracterizar, em primeiro lugar, por um crescimento intenso do emprego no setor secundário, particularmente na indústria de transformação. Em segundo lugar, a expansão do terciário não foi explosiva, se considerarmos a relação entre emprego terciário e emprego secundário (Tabela 17): ... "entre 1950 e 1960 essa relação passa de 1,83 para 2,56, quando esse número começa a cair, atingindo a cifra de 2,11 em 1970 e caindo para 1,87 em 1980".¹ E mais, os setores do terciário que mais cresceram foram aqueles que mantêm estreita relação funcional com a produção de bens.

Na década de 70, enquanto ocupações do tipo reparos do vestuário e empregados domésticos sofreram quedas relativas substanciais na sua participação no emprego terciário, outras

(1) Faria, Vilmar: Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações in "A Transição Incompleta", Rio, Paz e Terra, 1986, vol.1, pág. 9.

umentam sua participação, tais como: corretagem de valores mobiliários e imobiliários, reparação de veículos e atividades sociais públicas e privadas². Mesmo o comércio de mercadorias, que praticamente manteve sua participação no emprego, sofreu, no entanto, mudanças internas consideráveis. Empregadores e autônomos têm uma participação declinante, enquanto os empregados no comércio apresentam tendência oposta, fruto da concentração e mudanças na organização nas atividades desse setor (Tabela 18).

Como resultado do crescimento do emprego urbano, observa-se uma expansão significativa do chamado mercado formal de trabalho³, ainda que no final do período em análise, na Região Metropolitana de São Paulo, a mais desenvolvida do país, 22% dos trabalhadores ainda não mantêm qualquer formalização nos seus vínculos de trabalho, nem contribuem para a previdência social (Tabela 19).

Também no campo ocorreram profundas transformações na estrutura ocupacional, particularmente durante os anos 70. Não só a expulsão de mão-de-obra da agricultura representa a característica marcante ao longo do período 1960/1980, mas também o crescente ritmo do assalariamento da mão-de-obra agrícola nos anos 70 oferece uma indicação das mudanças no padrão de utilização da mão-de-obra (Tabela 20). Mesmo que se considere que o assalariamento parte de uma base muito restrita, fazendo com que 2/3 das ocupações correspondam aos pequenos produtores, não há dúvidas que estes últimos vêm perdendo importância no valor total da produção (Tabela 21). Além disso, considerando-se que há uma certa

(2) Ver Quadros, Valdir. Nova classe Média Brasileira: 1950/80, UNICAMP, mimeo, 1985.

(3) Entendemos aqui como mercado formal de trabalho os trabalhadores que possuem seus vínculos empregatícios registrados em carteira.

especialização da produção nessas pequenas unidades, basicamente produtos alimentares tradicionais como o feijão, o milho e a mandioca (Tabela 22), observa-se que estes produtos vêm perdendo participação no consumo global de alimentos, o que reforça a tendência no sentido do assalariamento agrícola, seja como complemento da renda (assalariados temporários), seja como tendência inexorável da intensificação da desarticulação da pequena produção.⁴

Há que se ter em mente que o assalariamento temporário está sujeito à sazonalidade típica da agricultura. Não se tem indicações de que a modernização agrícola tenha efeitos no aumento da sazonalidade, havendo inclusive quem sugira o contrário.⁵ De qualquer maneira, o problema que se apresenta é o número cada vez maior de assalariados sujeitos, portanto, à flutuação da renda em função da sazonalidade.

A incorporação do trabalho feminino foi também um traço marcante na configuração do mercado de trabalho nas últimas décadas. Enquanto em 1950 a participação da mulher na PEA era de 14,6%, em 1980 alcançou 27,2%. É evidente que a maior parcela dessa inserção se deu em atividades urbanas. No campo, embora hajam problemas de conceituação do trabalho feminino, em 1950 apenas 8% da PEA rural era composta de mulheres, mas em 1980 esse valor sobe para 13,5%. Com exceção de prestação de serviços e atividades sociais, que tradicionalmente concentravam ocupações tipicamente femininas como emprego doméstico e atividades de ensino, nas demais atividades a incorporação de mulheres se deu

(4) Silva, José Graziano: Mas, Qual Reforma Agrária, Revista da ABRA. Ano 17, nº 1 - Abril/Julho 87.

(5) Aguirre, B.M.B. e Bianchi, A.M. - Mudança Técnica e Emprego Sazonal de Volantes. INPES/CENDEC, mimeo, setembro de 1987.

a um ritmo altamente diferenciado (Tabelas 14 e 15). Embora tenha havido também uma crescente participação feminina nas ocupações mais qualificadas, não há dúvida de que ainda predomina uma forte segmentação de funções no mercado de trabalho em favor da mão-de-obra masculina. Um indicador dessa segmentação são as significativas diferenças salariais entre homens e mulheres para níveis educacionais semelhantes (Tabela 23).

Finalmente, a transferência acelerada de mão-de-obra rural para as cidades, o ritmo intenso de criação de empregos na indústria e no terciário moderno, bem como a conseqüente criação de novas funções nos segmentos mais altos das burocracias públicas e privadas, possibilitaram um grau de mobilidade ocupacional bastante elevado.)

A Tabela 24 permite uma visão agregada do aumento da participação dos trabalhadores não manuais e dos manuais na indústria e nos serviços, em detrimento dos trabalhadores manuais na agricultura. Embora a transferência de mão-de-obra do campo para a cidade seja vista como mobilidade social ascendente, o que mais chama a atenção é o crescimento das ocupações não manuais (Tabela 25). Voltaremos a esta questão quando tratarmos da distribuição de renda.

I.4 - Distribuição de Renda, Salários e Pobreza

A publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1970 revelou uma piora substancial nos índices de concentração de renda⁶, que já eram elevados em 1960. Neste ano, os 40% mais

(6) Os dados normalmente utilizados para o cálculo da distribuição da renda - Censos Demográficos e PNAD's -, talvez com exceção dos extremos da distribuição, refletem essencialmente os rendimentos derivados do trabalho.

pobres percebiam (11,57%) pouco menos do que os 1% mais ricos (12,11%). Em 1970, a situação se agrava ainda mais, já que os primeiros 40% não chegavam a perceber nem 70% da renda apropriada pelos 1% mais ricos (Tabela 26).

Alegava-se, em contrapartida, que todos os grupos haviam tido incrementos reais de renda (uns mais do que outros e evidentemente), indicando que não houve queda no bem-estar. Este argumento, entretanto, está sujeito a dois tipos de crítica: em primeiro lugar, a utilização de outros deflatores indica que pode ter havido perdas de renda para alguns estratos;⁷ em segundo, dada a precariedade da medição do auto-consumo no setor rural numa década em que este sabidamente diminuiu, aumentos de renda monetária nos estratos inferiores podem não significar, como se supõe, melhorias no padrão de vida.

De qualquer maneira, a concentração não atingiu seu auge em 1970, visto que o índice ainda é maior em 1980 (Tabela 27). No entanto, há indícios de que a concentração tenha chegado a um ponto máximo na primeira metade dos anos setenta, quando a tendência passa a se reverter.⁸

Não é objetivo deste documento tentar explicações teóricas ou penetrar no bojo da polêmica sobre as causas da concentração de renda. No entanto, é importante trazer evidências sobre alguns dos pontos que se constituíram em focos das discussões. Entre estes, sem dúvida, destacam-se o comportamento do salário mínimo e a abertura do leque salarial, os quais estão

(7) Wells, J. e Drobny, A.: A distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil: uma revisão crítica da literatura existente. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol.12, dez. 1982, número 3.

(8) Se tomamos a distribuição familiar ao invés da pessoal, já em 1980 nota-se ligeira desconcentração em relação a 1970. Ver Hoffmann, H. - in A Transição Incompleta, vol.2, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

intimamente relacionados aos movimentos de concentração e desconcentração da renda.

O salário mínimo, que havia alcançado seus níveis mais elevados ao fim da década de 50, começa a se deteriorar no início dos sessenta devido à aceleração inflacionária. A tendência declinante se intensifica a partir de 1964. No período até 1980 alcança seu nível mais baixo em 1974, quando seu poder de compra não chegava à metade do de 1961. Dali até 1980 sofre uma ligeira recuperação de aproximadamente 13% (Tabela 28).

Esta queda do salário mínimo foi acompanhada, sobretudo depois de 1967 e exacerbando-se no período do milagre, de uma abertura geral do leque de remunerações. Sem dúvida, o afastamento mais pronunciado até o auge do milagre foi das remunerações gerenciais em relação aos trabalhadores da produção; mas também, entre estes últimos, alargou-se o diferencial entre qualificados e não-qualificados, ainda que em menores proporções (Tabela 29). Tomando-se o conjunto das ocupações administrativas (inclusive gerência) na indústria em relação ao salário médio dos trabalhadores diretos, nota-se uma diferenciação bem menos pronunciada, em virtude de não ser significativo o crescimento da remuneração dos empregados de escritório (Tabelas 30 e 31). Por último, pelo menos na indústria, percebe-se um descolamento dos salários dos trabalhadores não qualificados em relação ao salário mínimo (Tabela 32).

Já na segunda metade da década de 70 esses movimentos passaram a ter um sentido contrário. No caso do leque salarial que, como vimos, tendeu a uma maior diferenciação na primeira metade, começa a se fechar. Em função disso, ao se analisar os níveis de remuneração por ocupações em 1970 e 1980, vê-se uma

diminuição das diferenciais em relação à média (Tabela 33). Por outro lado, dado que o emprego continuou a crescer e melhorou a distribuição dentro do setor formal, pelo menos nas regiões onde este é grande, isto refletiu-se em alguma desconcentração de renda, a partir do meio da década em exame (Tabelas 34 e 35).

Na agropécuária, o ritmo de concentração de renda aumentou sensivelmente de 1970 para 1980. Aqui parece não ter havido qualquer modificação da tendência concentradora durante a década (Tabela 36). Embora a posse da terra signifique um determinante fundamental no nível de renda da agricultura, não se nota nenhum indício de que tenha exercido influência de peso sobre o aumento da concentração de renda recentemente, já que a posse da terra não teve seus elevados índices alterados significativamente desde 1920 (Tabelas 37 e 38), mesmo que na década de 70 seja possível detectar um leve aumento (Tabela 39) do coeficiente de Gini. Assim, o aumento da concentração pessoal da renda deve ser buscado no intenso processo de modernização a que já nos referimos. Na verdade, em função dele houve um aumento de renda monetária generalizado na agricultura, porém cujo impacto foi bastante diferenciado conforme a posição na ocupação. No grupo dos autônomos, por exemplo, a renda média cresceu muito acima da mediana, e houve piora no índice de concentração. Para os empregados, aumentaram em proporções semelhantes a renda média e a mediana, e aquele índice não apresentou alteração considerável (Tabela 40).

Finalmente, cabe observar que, ao contrário da década de 60, quando tanto a distribuição pessoal da renda quanto a familiar apresentaram praticamente o mesmo comportamento, na década de 70 a distribuição familiar evoluiu de forma distinta da distribuição pessoal. Para o país como um todo a distribuição fa

iliar não piorou havendo inclusive uma ligeira melhora na região Sudeste (Tabela 41). Isto certamente resulta de uma maior incorporação de membros da família na força de trabalho remunerada, especialmente nas famílias mais pobres (Tabela 42). Em resumo, tendo aumentado a renda média e crescido o número de trabalhadores remunerados por família, na década de 70, independente do que ocorreu com a distribuição da renda, é visível a diminuição dos índices de pobreza entendida esta em termos de níveis de renda monetária.

Entre 1970 e 1980, verifica-se, para o país, uma redução substancial nos indicadores de pobreza entre as famílias, tomando-se como linha de pobreza 1 salário-mínimo (preços de agosto de 1980). Há que mencionar que essa redução também se verificou em todas as regiões, embora no Nordeste a queda tenha sido menos significativa (Tabelas 43 e 44).

Quanto à pobreza rural, agora para pessoas e não famílias e usando o mesmo critério de demarcação, há também uma diminuição em todo o país. De novo, é no Nordeste onde se verifica a queda mais modesta, o que significa um aumento de sua participação no total. E, entre os pobres rurais, diminui a participação dos pequenos produtores autônomos e cresce a dos empregados, o que não significa em absoluto uma melhoria eventual dos primeiros mas que boa parte destes, por diversas razões já conhecidas, passou à condição de assalariado (Tabelas 45 e 46).

II - OS ANOS OITENTA

II.1 - A Economia

Esta seção tem por objetivo mostrar as repercussões da crise do início da década sobre as tendências analisadas na seção precedente. Durante esses anos, o caráter altamente instável da economia trouxe sérias dúvidas quanto à continuidade de uma trajetória que, ao fim e ao cabo, vinha se manifestando positivamente nos indicadores aqui considerados.

Depois da profunda recessão de 81/83, já na segunda metade de 1984 teve início a recuperação que vai se manter por um período de mais ou menos 3 anos, sugerindo que os rumos haviam sido retomados. No entanto, o ritmo favorável da economia que se assentou, num primeiro momento, no desempenho das exportações, para em seguida — 1985 e especialmente 1986 — na expansão do mercado interno, não dá margem a perspectivas otimistas.

Em primeiro lugar, escasseiam as fontes para o financiamento dos investimentos necessários não só à ampliação da capacidade produtiva como também à sua modernização. Em segundo, a incerteza sobre o dinamismo das exportações face às dificuldades causadas pelo déficit comercial norte-americano, cujos reflexos na economia internacional não afastam a possibilidade de uma recessão a nível mundial. A Tabela 47 resume os principais agregados econômicos desta década.

II.2 - Emprego e Desemprego

Se tomarmos 1979 como base, em 1983, o pior ano da crise, a queda da produção industrial vai alcançar aproximadamente

10% e vai provocar efeitos devastadores sobre o emprego que, no mesmo período, se reduz em 15% para o país como um todo. A região mais industrializada do país — Grande São Paulo — foi a que sofreu as maiores perdas relativas. As principais fontes de informação sobre o emprego, domiciliares (PNAD) ou por estabelecimento (RAIS e FIESP), são bastante coerentes entre si e registram para a Grande São Paulo quedas no emprego industrial entre 18% e 23%⁹. Os únicos setores que tiveram um comportamento positivo no período foram a Administração Pública e as Atividades Financeiras que, entretanto, não conseguiram compensar a redução generalizada no emprego formal (Tabelas 48 a 51).

A reativação econômica a partir de 1984 faz reverter este quadro. Assim, ao final de 1986 o emprego industrial naquela região havia alcançado o patamar de 1979 (Tabela 52).

Por outro lado, parece relevante apontar a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho na região mais desenvolvida de um país que carece dos mecanismos tradicionais de proteção ao trabalho do tipo seguro-desemprego, em razão das controvérsias sobre a forma pela qual se deu o ajuste. No período considerado, na região metropolitana de São Paulo, o setor formal (empregados com carteira de trabalho assinada) sofreu uma perda de 242 mil postos de trabalho, além dos 20 mil empregadores que deixaram de existir como tal. Estimando-se um acréscimo da PEA de 448 mil pessoas¹⁰, a disponibilidade adicional de mão-de-obra no período é de 710 mil pessoas. As informações da PNAD permitem mostrar qual o destino desse contingente: aproximadamente 44% foram incorporados como assalariados informais (empregados sem

(9) Tomando-se por base o ano de 1979, foram os seguintes os índices de emprego registrados em 1983: RAIS, 76,9; FIESP, 77,8; PNAD, 82,1.

(10) Mercado de Trabalho no Brasil - Mtb/IEI - 1987.

carteira); 38,2% passaram ao desemprego aberto; apenas 14,5% transformaram-se em trabalhadores por conta própria de baixa renda; 3% em conta própria que contribuem para a previdência social; 0,3% a membros da família não remunerados (Tabelas 53 e 54).

Quanto ao desemprego aberto, medido pelo conceito mais restrito da PME/IBGE¹¹, mostrou ser um indicador bastante sensível das variações conjunturais da economia. Atingiu seus níveis mais elevados no mês de maio de 1984, declinou consistentemente com a recuperação da economia, e alcançou ao final de 1986 níveis que se aproximavam do desemprego friccional¹² (Tabela 55).

Outros indicadores de desemprego — PED/SEADE — que buscam captar formas precárias de inserção no mercado de trabalho e incluí-las como parte de um conceito mais amplo de desemprego, mostram um comportamento análogo à série mencionada, embora, obviamente, seus patamares sejam bem mais elevados (Tabela 56).¹³

No exame da composição do desemprego, verifica-se que as taxas de desemprego específicas variam muito em função de certas características: os mais afetados são os jovens, as mulheres, os não brancos e aqueles que não são chefes de família (Tabela 57).

(11) Pessoas desocupadas que na semana ou mês de referência buscaram trabalho ativamente.

(12) O desemprego aberto no Brasil apresenta um nítido comportamento sazonal: nos primeiros meses do ano as taxas são elevadas, declinando a seguir até alcançar seus níveis mais baixos ao final do ano.

(13) Os conceitos mencionados estão definidos na tabela.

II.3 - Salários e Rendimentos

Ao longo dos primeiros anos da década de oitenta, os salários tiveram sucessivas quedas, especialmente em 1983 e 1984, refletindo não só os efeitos da recessão mas também as políticas de contenção salarial promulgadas em 1983 que afetavam sobretudo e de forma progressiva aqueles que percebiam acima de 3 (três) salários-mínimos. A média dos salários reduziu-se de aproximadamente 25% entre 1980 e 1984 (Tabela 58). Com a recuperação em 1986, os salários já haviam ligeiramente superado os níveis vigentes em 1980. No entanto, de novo, estas comparações são delicadas. Em períodos de inflação alta elas dependem do deflator utilizado. Na Tabela 59 são comparados os rendimentos médios reais dos empregados com carteira na RMSF de 1979 a 1986, segundo vários índices de deflação. Os dois índices mais utilizados, INPC e DIEESE, indicam que, em setembro de 1986, estes rendimentos médios ainda não haviam alcançado os níveis de 1979.

Outro indicador interessante para avaliar os efeitos da crise no mercado de trabalho é o comportamento da massa salarial, porque combina os movimentos do nível de emprego e dos rendimentos. Enquanto até o auge da crise a massa salarial se reduziu menos do que os rendimentos médios, em 1985 e 1986 a grande expansão do emprego formal teve um efeito amplificado sobre a massa salarial (Tabela 60). Como há uma diferença substancial entre os salários médios dos empregados com carteira e sem carteira, a transferência de uma situação para a outra eleva o salário médio (Tabela 61). Além disso, a expansão da massa salarial acaba por beneficiar o setor não organizado — assalariados sem carteira e trabalhadores por conta própria. Isto ocorreu

com mais intensidade durante o Plano de Estabilização de 1986, quando era impossível controlar os rendimentos deste segmento que, por causa disto, obteve os maiores ganhos (Gráfico 1).

II.4 - Distribuição de Renda e Pobreza

Não se dispõe ainda dos resultados da PNAD-86 que permitiriam avaliar as repercussões dos movimentos apontados acima na distribuição de renda. No entanto, é possível tecer alguns comentários, com base nas PNAD's até 1985, do brusco movimento cíclico.

Na fase recessiva do ciclo, a metade mais pobre da população ocupada sofre uma diminuição dos seus rendimentos médios superiores à queda ocorrida nos grupos de renda superiores. Na fase de recuperação os ganhos foram tão mais intensos quanto mais elevados os níveis de renda dos grupos, registrando-se até mesmo uma queda no rendimento médio dos 10% mais pobres (Tabela 62). Como resultado deste duplo movimento de concentração, temos até uma elevação pequena, mas não desprezível, do coeficiente de Gini (Tabela 63). É preciso notar que um elemento importante nessa trajetória foi a continuidade da intensa concentração de renda no meio rural (Tabela 64).

Já no que tange à pobreza, as variações na década de 80 têm sido tão grandes em função do nível de emprego e do valor do salário mínimo, que qualquer ano que se tome para efeitos comparativos pode ter seus resultados muito alterados no ano subsequente. Assim, com o propósito de evitar comparações equivocadas, optou-se por apresentar algumas informações estruturais sobre a pobreza, com base em 1985 últimos dados disponíveis so-

bre o assunto.

Tomando-se as famílias cuja renda familiar per capita é de até 1/2 salário mínimo, aproximadamente 11 milhões de famílias e 53 milhões de pessoas estariam incluídas na faixa de pobreza (Tabela 65).

Apesar de ser óbvia a maior incidência relativa da pobreza na região Nordeste - na área rural; não se pode inferir daí que o problema da pobreza no Brasil seja exclusivamente rural ou nordestino. Fora do Nordeste ainda se encontram 51,4 das pessoas pobres, o que significa em termos absolutos, mais de 27 milhões de pessoas. Deste número, 16,076 milhões estão localizados na região Sudeste, a mais desenvolvida do país. Nesta última região, 5,431 milhões encontram-se nas suas três áreas metropolitanas e 5,890 espalhados pelo resto do setor urbano não metropolitano (Tabela 66).

TABELA 1
 PIB E PRODUTO SETORIAL
 TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

Período	P R O D U T O				Indústria Manufatu- reira	Construção Civil
	P I B		Agrícola	Industrial		
	Total	"Per capita"				
1947/80	7,1	4,0	4,3	8,5	8,8	5,7
1947/55	6,8	3,9	4,7	9,0	9,5	5,5
1955/62	7,1	4,0	4,5	9,8	10,0	5,1
1962/67	3,2	0,8	1,7	2,6	2,7	(2,8)
1967/73	11,2	7,0	4,7	12,7	13,9	10,9
1973/80	7,1	4,0	5,2	7,6	6,8	8,7

FONTE: Contas Nacionais, FGV.

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NO PIB

ANOS	1947	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980
Agropecuária	20,7	24,3	23,5	17,8	15,9	11,5	11,2	10,0
Indústria	25,2	24,1	26,0	32,2	32,0	35,9	37,4	38,1
Serviços	54,1	51,6	51,6	50,0	52,1	52,6	51,4	51,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 3

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL
(Cr\$10⁶ de 1970)

Categorias de uso	1949		1959		1970		1975		1980	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de Consumo Não Duráveis	16.247	72,8	32.419	56,7	52.432	45,0	70.521	36,8	94.063	34,4
Bens Intermediários	4.552	20,4	14.079	24,6	40.082	34,4	66.296	34,6	102.410	37,4
Bens de Consumo Duráveis	565	2,5	2.934	5,1	10.836	9,3	25.475	13,3	36.951	13,5
Bens de Capital	949	4,3	7.724	13,5	13.116	11,3	29.459	15,4	40.227	14,7
Total	22.313	100,0	47.156	100,0	116.516	100,0	191.751	100,0	273.651	100,0

FONTE: IBGE e Ministério do Planejamento. in "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", José Serra; Desenvolvimento Capitalista no Brasil, vol.1, Brasiliense, 1982.

TABELA 1
 COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR SEUS PRINCIPAIS PRODUTOS - 1968/80
 (Porcentagens)

	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1. Produtos Básicos	79,3	77,7	74,8	68,3	66,0	64,5	56,8	57,5	60,1	57,0	51,2	46,3	42,0
2. Produtos Industrializados	20,2	21,4	24,3	28,5	32,8	32,9	40,7	40,1	36,1	40,7	47,4	52,6	56,5
a) Semi-manufaturados	9,7	9,4	9,4	8,8	10,3	9,8	12,3	10,3	8,7	9,0	10,9	12,2	11,6
b) Manufaturados	10,5	12,0	14,9	19,7	22,5	23,1	28,5	29,8	27,4	31,7	36,5	40,4	44,9
c) Transações Especiais	0,5	0,9	0,9	3,2	1,2	2,6	2,5	2,4	3,8	2,3	1,4	1,1	1,5

FONTE: Idem tabela 3.

TABELA 3
 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO
 PIB/PEA POR SETOR DE ATIVIDADE (Em Cruzados de 1960)

SETORES	ANOS	Taxas médias anuais				
		1960	1970	1980	1960/1970	1970/1980
<u>Agricultura</u>		41,8	60,1	98,4	3,1%	4,9%
<u>Indústria</u>		232,7	283,9	362,8	1,8%	2,2%
<u>Indústria de Transformação</u>		250,9	331,6	395,6	2,6%	1,7%
<u>Serviços</u>		237,5	274,1	357,9	1,4%	2,4%
Totál		127,1	166,6	265,5	2,4%	4,3%

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil

TABELA 6
 TRATORES E ARADOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS
 AGROPECUÁRIOS: - 1920-1980

Anos Censitários	Tratores	Arados			
		De tração animal	De tração mecânica	De Disco	De alveca
1920	1.706	...	—	—	141.196
1940	3.380	39.455	408.101
1950	8.372	54.576	659.683
1960	61.345	130.397	846.704
1970	165.870	1.718.041	160.884
1975	323.113	1.758.051	335.909
1980	545.205	1.677.408	559.169

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 7

CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES - 1950-1984

Período	Consumo Médio Anual (1000 t)
1950/59	153
1960/66	274
1967/71	768
1972/76	1.922
1977/80	3.544
1981/84	2.799

FONTE: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 8

CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA, COMO % DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
1939/80

ANO	1939	1949	1959	1965	1970	1975	1980
CI/VP	10,0	11,0	14,3	21,5	27,6	34,4	38,7
% a.a.	-	1,0	2,7	7,0	5,7	4,5	2,4

FONTE: J.Graziano da Silva, in Reforma Agrária, ano 17, nº 1, abril/julho 1987.

TABELA 2

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA - INDICADORES SELECIONADOS

INDICADORES	BRASIL				SÃO PAULO		
	1950	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Ha explorado por trator	21.326	3.407	1.483	572	641	277	134
Tratores por 1000 pessoas	0,76	3,92	8,09	23,8	n.d.	43,3	85,5
Estabelecimentos que usam adubação (%)	n.d.	13,2	18,6	32,1	26,6	47,5	77,7
Despesas por Ha explorado (Índice: SP/1970 = 100)	n.d.	n.d.	28	46	n.d.	100	178
Despesas por pessoa ocupada (Índice: SP/1970 = 100)	n.d.	n.d.	31	53	n.d.	100	171

FONTE: Idem tab. 8.

TABELA 10

PRODUTIVIDADE DOS SETORES EM RELAÇÃO À PRODUTIVIDADE MÉDIA

SETORES	1960	1970	1980
Agricultura	32,9	36,1	37,1
Indústria	183,1	170,4	136,6
Serviços	186,9	164,5	134,8
Produtividade Média	100	100	100
Indústria / Agricultura	5,6	4,7	3,7
Indústria / Serviços	1,0	1,0	1,0

FONTE: Tabela 5.

TABELA 11

COMÉRCIO, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

PIB/PEA	1970	1980	1970/80 (% a.a.)
Comércio	12.276	14.820	2,0
Transportes	5.872	10.887	5,9
Comunicações	8.397	39.116	15,0

FONTE: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil.

TABELA 12

EVOLUÇÃO DA PEA NO SETOR TERCIÁRIO EM RELAÇÃO À PEA URBANA

	1950	1960	1970	1980
América Latina	58,7	60,2	60,2	59,6
Argentina	58,5	55,5	59,3	64,0
Brasil	56,9	61,0	59,8	54,9
Colombia	60,3	62,5	64,2	64,9
Costa Rica	62,1	62,7	62,6	63,4
Chile	59,8	60,8	60,6	65,5
México	59,1	59,5	55,9	58,7
Peru	55,3	61,8	63,0	67,3
Uruguai	...	60,7	62,1	62,1
Venezuela	65,5	68,1	67,9	62,0

FONTE: J. Ramos, Urbanización y Mercado de Trabajo; in Revista de La CEPAL, nº 24, Dez.1984.

TABELA 13
 PARCELA SALARIAL (TRABALHADORES DIRETOS)
 NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
 BRASIL 1959/80

Períodos	Parcela Salarial (Média)
1959/64	20,5
1965/67	17,3
1968/70	15,6
1971/72	13,5
1973/74	14,5
1975/79	14,0
1980	13,5

FONTE: C.Considera; Preços, Mark-up e Distribuição Funcional
 da Renda na Indústria de Transformação: Dinâmica de
 Longo e de Curto Prazo - 1959/80; in PPE-Vol.11, dez.
 81 , nº 3.

TABELA 14

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA, POR SEXO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE - 1940 - 1980

SETOR DE ATIVIDADE	1950			1960			1970			1980		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL (1000 pessoas)	17.117	(85,4)	(16,4)	22.150	(82,1)	(17,9)	39.338	(79,1)	(20,9)	42.272	(72,8)	(27,2)
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	59,9	65,0	30,2	54,0	59,2	30,0	44,8	51,1	20,6	30,1	36,1	14,1
Indústria	17,6	16,3	25,5	17,6	16,3	23,4	22,0	22,8	18,7	29,1	31,9	21,8
-Extrativa Mineral	9,4	7,1	22,9	8,7	6,0	21,2	8,9	7,0	16,0	11,0	9,0	16,3
-De Transformação	12,8	10,7	25,0	13,0	10,8	22,9	14,5	13,6	18,2	20,0	19,8	20,6
.Tradicionalis	9,4	7,1	22,9	8,7	6,0	21,2	8,9	7,0	16,0	11,0	9,0	16,3
.Dinâmicas	3,4	3,6	2,1	4,3	4,8	1,7	5,6	6,6	2,2	9,0	10,8	4,3
-Construção Civil	3,4	4,0	0,2	3,4	4,1	0,2	5,9	7,3	0,2	7,5	10,1	0,5
-Serv. Inds.de Utilid.Pública	0,7	0,8	0,2	0,6	0,8	0,2	1,0	1,2	0,2	1,0	1,2	0,5
Serviços	22,2	18,4	44,0	26,8	22,8	44,8	31,7	24,6	58,7	40,1	31,4	63,4
-Comércio e Finanças	6,3	6,7	4,1	7,5	8,0	4,9	9,3	9,8	7,3	12,2	12,1	12,6
-Transportes e Comunicações	4,0	4,5	1,1	4,6	5,4	1,0	4,2	5,0	1,0	4,5	5,7	1,3
-Governamentais	3,0	3,2	1,8	3,1	3,4	2,0	3,9	4,3	2,6	4,5	4,9	3,2
-Comunitários, de Recreação etc.	3,0	1,7	10,1	4,3	2,6	11,9	6,3	3,3	17,5	9,8	5,6	20,9
-Pessoais	5,9	2,3	26,9	7,3	3,4	25,0	8,0	2,2	30,3	9,1	3,1	25,4
Atividades Mal Definidas	0,3	0,3	0,3	1,6	1,6	1,8	1,5	1,5	2,0	0,7	0,6	0,7

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (dados brutos).

TABELA 15

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
OCUPADA, POR SEXO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE - 1940-1980

SETOR DE ATIVIDADE	1950/60			1960/70			1970/80		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
TOTAL	2,6	2,2	4,5	2,3	2,0	3,0	3,4	2,6	5,9
Agropecuária	1,6	1,4	4,5	0,6	0,6	0,2	(0,3)	(0,5)	2,3
Indústria	2,6	2,3	3,7	4,4	5,2	1,7	6,0	5,8	7,4
-Extrativa Mineral	1,2	1,1	2,2	2,7	2,8	(0,5)	3,4	3,1	11,8
-De Transformação	2,7	2,3	3,7	3,4	4,1	1,6	6,4	6,2	7,1
.Tradicionais	1,9	0,7	3,8	2,6	3,4	1,1	5,4	5,0	6,1
.Dinâmica	4,7	5,0	2,4	5,0	5,0	6,3	7,8	7,3	12,5
-Construção Civil	2,7	2,6	5,3	7,4	7,4	7,4	5,7	5,6	13,1
-Servs.Inds.de Utilid.Pública	1,9	1,8	4,8	6,3	6,2	8,1	3,3	2,6	11,8
Serviços	4,4	4,3	4,7	3,9	2,7	6,3	5,6	4,9	6,6
-Comércio e Finanças	4,1	4,2	6,3	4,3	3,8	7,7	6,0	4,8	11,3
-Transportes e Comunicações	3,9	3,9	3,3	1,4	1,3	3,7	4,1	3,7	8,7
-Governamentais	3,1	2,8	5,6	4,5	4,2	6,9	4,6	3,9	8,0
-Comunitários,de Recreação etc.	6,0	6,1	6,0	6,0	4,2	7,6	7,6	7,6	7,6
-Pessoais	4,6	6,0	3,8	3,3	(1,7)	5,6	4,6	5,8	4,2

FONTE: Idem tabela 14.

TABELA 16
TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, DE DEZ ANOS E MAIS, DA POPULAÇÃO
URBANA E DO EMPREGO TOTAL E URBANO
(1950 - 1980)

	1950/60	1960/70	1970/80	1950/80
POPULAÇÃO				
Total	3,0	2,9	2,5	2,9
De dez anos e mais	2,9	3,0	3,0	3,0
Urbana	6,3	5,8	4,8	5,6
EMPREGO				
Total	2,6	2,3	3,4	3,0
Urbano	4,3	4,6	6,4	5,1

FONTE: Tabela 15 e "Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações",
Vilmar Farias, in A Transição Incompleta, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

TABELA 17

BRASIL - PESSOAS EMPREGADAS EM CADA UM DOS SETORES
E SUBSETORES POR PESSOA EMPREGADA NO SECUNDÁRIO
(1950 - 1980)

Razões	1950	1960	1970	1980
PRIMÁRIO/SECUNDÁRIO	4,22	4,18	2,47	0,95
TERCIÁRIO/SECUNDÁRIO	1,83	2,56	2,11	1,87
Serviços distributivos/secundário	0,65	0,83	0,64	0,55
Serviços pessoais/secundário	0,73	1,03	0,74	0,66
Serviços sociais/secundário	0,37	0,50	0,51	0,45
Outras ocupações/secundário	0,07	0,20	0,22	0,20

FGNTE: Vilmar Faria, op.cit.

TABELA 18

PEA NO SETOR TERCIÁRIO

(Em %)

Atividades	Estrutura (Subtotais = 100)		Taxas Anuais de Crescimento
	1970	1980	
Terciário	100	100	5,9
Comércio de Mercadorias	22	22	6,0
Empregadores e Autônomos	45	36	3,6
Empregados	54	62	7,5
Não Remunerados	1	2	11,7
Comércio de Imóveis, Valores Mobiliários, Crédito, Seguro	4	5	8,5
Serviços	35	38	6,8
Alojamento e Alimentação	12	13	7,9
Higiene Pessoal	4	3	4,0
Confecção, Reparos Vestuário	18	3	(4,9)
Diversões, Rádio e TV	3	2	2,6
Reparos, Manutenção Veículos	10	13	9,5
Domésticos Remunerados	48	34	3,7
Outros	5	15	18,7
Serviços Técnico-Profissionais	-0-	9	-0-
Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas	-0-	6	-0-
Transporte, Comunicações, Armazenagem	12	10	3,8
Atividades Sociais Privadas	5	6	9,0
Emprego Público	20	09	5,1
Atividades Sociais Públicas	45	50	6,2
Administração, Defesa e Segurança	55	50	4,1
Profissionais Liberais	2	-0-	-0-
Organizações Internacionais e Representações Estrangeiras	-0-	-	-0-

FONTE: IBGE, Censos Demográficos. in Waldir José Quadros. "A Nova Classe Média Brasileira", Unicamp, mimeo, 1985.

TABELA 19
 REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979
 (1.000 pessoas)

Posição na Ocupação	Absoluto	%
Assalariados com carteira	3.402	71,1
Assalariados sem carteira	708	14,8
Conta-própria que contribuem para a Previdência Social	327	6,8
Conta-própria que não contribuem para a Previdência Social	286	6,0
Não Remunerados	59	1,2
TOTAL	4.782	100,0

FONTE: PNAD/IBGE - 1979.

TABELA 20

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Posição na Ocupação	1950	1960	1970	1980
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	50,6	47,9	55,2	66,4
Empregadores	3,7	1,9	1,5	2,6
Autônomos	28,5	35,1	34,1	24,9
Não Remunerados	17,0	15,0	9,2	5,3
Outros	0,2	0,1	-	0,8
Atividades Agrícolas	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	34,2	25,9	25,5	38,0
Empregadores	3,2	1,9	1,6	2,5
Autônomos	35,8	46,0	53,2	43,0
Não Remunerados	26,6	26,2	19,7	16,0
Outros	0,2	-	-	0,5
Atividades Não-Agrícolas	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	75,8	74,2	79,2	78,7
Empregadores	4,4	1,9	1,5	2,6
Autônomos	17,2	22,0	18,6	17,1
Não Remunerados	2,2	1,5	0,7	0,6
Outros	0,4	0,4	-	1,0

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil (dados brutos).

TABELA 21
PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO: BRASIL, 1970 e 1980
(em porcentagem)

Extratos de Área (HA)	Nº de Estab.		Área Total		Valor da Produção	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Menos de 10	51,4	50,4	3,1	2,5	17,8	13,0
10 a 50	32,4	31,5	12,3	10,1	29,9	26,6
50 a 100	7,0	7,6	8,1	7,5	10,2	11,1
100 e mais	9,2	10,4	76,5	79,9	42,2	49,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Agropecuários, in Silva, J.Graziano, op.cit.

TABELA 22
DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA DE ALGUMAS LAVOURAS
POR ESTABELECIMENTOS AGRUPADOS SEGUNDO A ÁREA TOTAL
BRASIL, 1970 e 1980 (em porcentagem)

Lavoura	Menos de 10 ha		10 a 50 ha		50 a 100 ha		100 ha e mais	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Arroz	19,5	13,3	23,8	14,5	11,5	9,3	45,2	62,9
Café	9,6	9,9	29,5	30,4	14,3	14,9	46,6	44,8
Cana-de-açúcar	4,2	1,8	11,7	7,8	6,7	5,7	77,4	84,7
Feijão	32,8	26,9	40,4	39,3	10,0	12,4	16,8	21,4
Mandioca	34,5	37,9	44,0	40,0	9,6	9,5	11,9	12,6
Milho	19,9	14,8	44,3	41,0	11,3	12,3	24,5	31,9
Soja	14,5	4,0	46,3	29,3	8,9	12,9	30,3	53,0
Trigo	5,6	2,1	31,2	29,3	12,7	15,5	50,5	53,1

FONTE: Censos Agropecuários, in Silva, J.Graziano, op.cit.

TABELA 23

PORCENTAGEM DE EMPREGADOS COM SALÁRIO INFERIOR A TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS
SEGUNDO GRAUS DE INSTRUÇÃO, POR SEXO E SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
BRASIL - 1976

GRAU DE INSTRUÇÃO	SETORES DE ATIVIDADE					
	INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
1º grau, 4a. série incompleta	93,79	81,58	94,51	89,34	95,17	84,55
1º grau, 4a. série completa	92,96	70,70	90,93	84,12	93,13	79,63
1º grau, 8a. série completa	78,85	51,49	86,94	71,70	79,11	59,56
2º grau completo	56,91	26,52	80,05	50,08	65,87	35,42
Superior completo	27,84	4,82	48,69	18,70	37,15	18,42

FONTE: Relação Anual de Informações Sociais - 1976, Ministério do Trabalho, in MACEDO, Concessa Vaz de, "O Trabalho Feminino e Suas Possíveis Implicações Sobre o Crescimento Demográfico", CEPPD, 1985.

TABELA 24

TRANSFORMAÇÃO NA ESTRUTURA OCUPACIONAL

	PEA POR ESTRATOS						VARIAÇÃO LÍQUIDA		
	1960		1970		1980		1960/70	1970/80	1960/80
	mil	%	mil	%	mil	%			
Estratos não Manuais	3.371,0	15,2	5.524,0	19,8	11.139,6	27,3	4,6%	7,5%	12,1%
Estratos Manuais no Secundário e no Terciário	6.662,8	30,1	9.388,2	33,7	17.155,4	42,0	3,6%	8,3%	11,9%
Estratos Manuais no Primário	12.131,4	54,7	12.971,9	46,5	12.546,3	30,7	(8,2)	(15,8)	(24,0)
Total	22.165,2	100,0	27.884,1	100,0	40.841,3	100,0			

FONTE: La Transformación Socio-Ocupacional del Brasil, 1960-1980, y La Crisis Social de Los '80, CEPAL, 1986.

TABELA 25

BRASIL

OCUPAÇÕES NÃO-MANUAIS QUALIFICADAS
(1950-1980)

	1950		1980	
	N	%	N	%
Ocupações administrativas	1.367.478	8,0	5.101.926	12,1
. Homens	1.197.228	7,0	3.369.773	8,0
. Mulheres	170.250	1,0	1.732.153	4,1
Ocupações técnicas científicas e afins	362.723	2,1	2.773.886	6,7
. Homens	177.291	1,0	1.188.369	2,8
. Mulheres	185.432	1,1	1.585.517	3,8
Comércio de Imóveis e valores, instituições de crédito e seguros	115.488	0,7	979.458	2,3
PEA TOTAL	17.117.362	100,0	42.271.526	100,0

FCNIE: Fundação IBGE, Censo Demográfico, 1950 e 1980, in Vilmar Faria, op.cit.

TABELA 26

DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO
1960 - 1970

CORRES PERCENTUAIS	1960				1970				Variação Anual do Re- dimento Médio 1960/1970	
	% do Rendimento		Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)		% do Rendimento		Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)		Do Percentil	Acumulad
	No Percentil	Acumulada	Do Percentil	Acumulada	No Percentil	Acumulada	Do Percentil	Acumulada		
10-	1,9	1,9	39	39	1,2	1,2	35	35	-1,1	-1,1
10	2,0	3,9	43	41	2,2	3,4	64	50	4,1	2,0
10	3,0	6,9	64	49	2,9	6,3	81	60	2,4	2,0
10	4,4	11,3	93	60	3,7	10,0	104	71	1,1	1,7
10	6,1	17,4	130	74	4,9	14,9	137	84	0,5	1,3
10	7,5	24,9	161	88	6,0	20,9	171	99	0,6	1,2
10	9,0	33,9	191	103	7,3	28,2	205	114	0,7	1,0
10	11,3	45,2	240	120	9,9	38,1	279	135	1,5	1,2
10	15,2	60,4	324	143	15,2	53,3	429	167	2,8	1,6
10+	39,6	100,0	842	213	46,7	100,0	1319	283	4,6	2,9
-5+	28,3	-	1203	-	34,1	-	1929	-	4,8	-
1+	11,9	-	2542	-	14,7	-	4147	-	5,0	-

INDICADORES	1960	1970
Rendimento Médio (Cr\$ de 1970)	213	283
Índice de Gini		
Limite Inferior	0,497	0,552
Limite Superior	0,515	0,571

FONTE: IBGE, Indicadores Sociais, 1979

OBS.: Rendimentos deflacionados pelo Deflator Implícito do PIB.

TABELA 27

COEFICIENTES DE GINI SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO
DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS
BRASIL, REGIÃO NORDESTE E ESTADO DE S.PAULO
1970 - 1980

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	BRASIL		REGIÃO NORDESTE		ESTADO DE SÃO PAULO	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
TOTAL	0,547	0,569	0,505	0,573	0,519	0,517
Urbano	0,536	0,557	0,555	0,586	0,512	0,510
Rural	0,389	0,498	0,309	0,426	0,396	0,521

FONTE: Censo Demográfico e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980,
in Médici, A. - Distribuição de Renda nos anos 70, mimeo, 1983.

TABELA 28

EVOLUÇÃO DO MAIOR SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL (1)

BRASIL: 1952-1987

Anos	Índice de Sal. Mínimo (2)	Anos	Índice de Sal. Mínimo (2)
1952	100,0	1972	65,6
1953	82,1	1973	60,1
1954	100,1	1974	55,2
1955	112,4	1975	57,6
1956	114,2	1976	57,2
1957	124,2	1977	59,6
1958	108,0	1978	61,4
1959	120,9	1979	62,0
1960	102,0	1980	62,5
1961	113,2	1981	64,1
1962	103,1	1982	66,8
1963	90,6	1983	56,8
1964	93,6	1984	52,7
1965	90,3	1985	53,9
1966	77,0	1986	49,1
1967	72,8	1987/jan ⁽³⁾	45,5
1968	71,3	1987/mar	49,2
1969	68,6	1987/mai	38,5
1970	69,8	1987/jun	36,7
1971	66,8	-	-

FORNE: BOLETIM DO DIEESE (vários números) e IBRE/FGV, Revista "Conjuntura Econômica", v.41, número 8, agosto de 1987 e SALM, C. (organizador), "Mercado de Trabalho: estrutura e conjuntura", 1987, Elaboração - A.C.Médici.

- (1) Até 1983, existiam no Brasil 3 salários mínimos regionais, sendo que o maior correspondia ao recebido nos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Recentemente, o salário mínimo foi unificado nacionalmente. Considerou-se, portanto, nesta tabela, a evolução do maior salário mínimo. Os dados que serviram de base para o cálculo desses índices, foram deflacionados até 1958 pelo índice de custo de vida elaborado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De 1959 a 1986, tais dados foram deflacionados pelo índice de custo de vida do DIEESE para São Paulo. Em 1987 utilizou-se como deflador o IGP/DI.
- (2) Base 1952=100. Corresponde à média anual dos salários reais mensais.
- (3) A partir de janeiro de 1987 os dados são relativos ao salário real nos meses de reajuste do salário mínimo efetivamente ocorridos em função dos gatilhos salariais.

TABELA 29
INDÚSTRIA
RELAÇÕES SALARIAIS E DE ORDENADOS ENTRE CATEGORIAS
PROFISSIONAIS

	RELAÇÕES ENTRE ÍNDICES	
	Ordenados de Direção, Gerência e Chefia / Salários de Operários	Salários de Operários Qualificados / Salários de Operários Não-Qualificados
1961 (2º sem.)	100	100
1967 (2º sem.)	105	114
1970 (2º sem.)	169	128
1974	181	137
1976	180	131
1980 (2º sem.)	139	131

Fonte: PRIL - Pesquisas em Relações Industriais Ltda. In REP, vol. 6 nº 2 - abril/junho de 86.

TABELA 30

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS
SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

1949 - 1978

Discriminação	1949/59	1959/70	1970/74	1976/77	1977/78
Salário Médio do Pessoal					
Ocupado na Produção	2,2	2,2	5,1	7,6	7,5
Salário Médio do Pessoal					
Ocupado na Administração	4,5	2,6	10,0	6,3	7,5
Salário Médio Total	3,0	2,2	7,4	8,1	7,5

FONTE: IBGE, Indicadores Sociais, 1979.

TABELA 31
 RELAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO MÉDIA DO PESSOAL
 ADMINISTRATIVO E DE GERÊNCIA E O SALÁRIO MÉDIO
 DOS OPERÁRIOS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA
 BRASIL
 1963 - 1979

	Remuneração média do pessoal administrativo e de gerência
	Salário médio dos operários
1963	1,96
1964	1,94
1965	1,85
1966	-
1967	2,11
1968	2,22
1969	2,23
1970	2,11
1971	-
1972	2,43
1973	2,48
1974	2,38
1975	1,81
1976	2,14
1977	2,10
1978	1,75
1979	1,95

FCNIE: Censos Industriais - IBGE - vários números, in José Márcio Camargo: Minimum Wage in Brazil: Theory, Policy and Empirical Evidence - PUC/RJ - Texto para Discussão nº 67.

TABELA 32

RELAÇÃO ENTRE SALÁRIO NOMINAL DE OPERÁRIOS NÃO-
QUALIFICADOS E SALÁRIO MÍNIMO

Mês/Ano*	W.n.q.mês (1)	Data	Salário mínimo (2)	1/2
9/1961	13.048,80	10/61	13.216,00	0,98
3/1962	16.264,00	03/62	13.216,00	1,15
3/1963	27.076,00	01/63	21.000,00	1,29
2/1964	49.562,40	02/64	42.000,00	1,18
1/1965	81.033,60	03/65	66.000,00	1,23
8/1965	90.842,40			
1/1966	120.700,80	03/66	84.000,00	1,44
9/1966	125.244,00			
2/03/1967	159,36	03/66	105,00	1,52
9/1967	161,28			
12/1968	255,36	08/58	129,60	
4/05/1969	255,36	05/69	156,00	1,64
11/12/1969	316,08			
4/05/1970	326,40	05/70	187,20	1,74
11/12/1970	364,32			
4/05/1971	351,36	05/71	225,69	1,56
4/05/1972	427,80	05/72	268,80	1,59
4/05/1973	555,60	05/73	312,00	1,78
4/05/1974	709,92	05/74	376,80	1,88
4/05/1976	984,36	05/75	532,80	1,85
12/1976	1.805,28	05/76	768,00	
4/05/1977	2.126,00	05/77	1.106,40	1,92
5/1978	3.122,40	05/78	1.560,00	2,00
5/1979	6.202,20	05/79	2.268,00	2,29
11/12/1979	6.523,20	11/79	2.932,80	2,22
5/06/1980	9.864,00	05/80	4.149,80	2,37
11/1980	13.788,00	11/80	5.788,80	2,38
5/1981	23.078,40	05/81	8.464,80	2,73
12/1981	36.398,40	11/81	11.928,00	3,05
6/1982	50.488,80	05/82	16.608,00	3,04
12/1982	64.934,40	11/82	23.568,00	2,75
6/1983	85.793,34	05/83	34.776,00	2,47
4/1984	224.968,20	05/84	97.176,00	2,31

Salários hora transformados em mensais ao multiplicá-los por 240. Não computadas as horas extras.

* 2/3/1967 significa fevereiro/março 1967, etc. A referência é sempre apenas a mês e ano.

FCNIE: PRIL - Pesquisas de Relações Industriais Ltda., in REP, vol.6, nº 2, abril/junho 86.

TABELA 33

BRASIL: TRINTA OCUPAÇÕES ESPECÍFICAS ESTRATIFICADAS
POR RENDA MÉDIA

OCUPAÇÕES	1970		1980		Variações sobre a PEA 1970 / 80	
	% Percep- tores	Índice de Renda	% Percep- tores	Índice de Renda		
1. Médico, etc.	0.3	864	0.4	553	+ 0.1	+ 6,7
2. Prof. Indústria	0.3	722	0.3	497	=	
3. Engenheiro, etc.	0.4	649	0.7	438	+ 0.3	
4. Administrador Privado	1.0	460	1.4	361	+ 0.4	
5. Proprietário Agrícola	0.7	357	0.9	348	+ 0.2	
6. Administrador Público	0.3	398	0.3	318	=	
7. Rep. de Comércio Corretor	0.7	336	0.6	270	- 0.1	
8. Prop. e Aut. em Comércio e Serviços	3.0	259	4.0	266	+ 1.0	
9. Caixas etc.	1.0	315	4.4	242	+ 3.4	
10. Professor, exceto Primário	0.6	318	1.0	194	+ 0.4	
11. Outros Profissionais	0.8	384	1.8	181	+ 1.0	+ 9,5
12. Forças Armadas	1.7	209	1.7	154	=	
13. Trab. em Transporte	3.9	139	4.4	127	+ 0.5	
14. Datilógrafo	0.4	172	1.9	121	+ 1.5	
15. Trab. Ind. Mecânica	2.6	136	3.4	116	+ 0.8	
16. Trab. Ind. Metalúrgica	0.1	125	0.2	112	+ 0.1	
17. Auxiliar de Oficina	3.4	159	4.3	102	+ 0.9	
18. Enfermeira	0.7	151	0.9	91	+ 0.2	
19. Professor Primário	1.9	111	1.8	89	- 0.1	
20. Vendedor Ambulante	1.2	91	1.2	84	=	
21. Trab. Indústria (Outros)	7.6	89	9.7	80	+ 2.1	- 14,0
22. Trab. Servs. Pessoais (Outros)	4.2	98	6.2	79	+ 2.0	
23. Trab. Pesca, Minas, Floresta	2.0	56	1.6	77	- 0.4	
24. Trab. Construção	4.7	91	6.3	76	+ 0.6	
25. Trab. Comércio	2.7	83	3.4	74	+ 0.7	
26. Trab. Agrícola Qualificado	0.3	82	0.5	68	+ 0.2	
27. Trab. Indústria de Vestuário	2.0	69	2.4	64	+ 0.4	
28. Trab. Agrícola Não-Qualificado	41.7	39	26.7	38	- 15.0	
29. Empregada Doméstica	5.7	34	5.6	27	- 0.1	
30. Outros	4.1	134	5.4	119	+ 1.3	

Renda Média Nacional = 100.

FONTE: CEPAL, op.cit.

TABELA 34

COEFICIENTE DE GINI (limite inferior), SEGUNDO SITUAÇÃO
DE DOMICÍLIO, DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM
COM RENDIMENTOS
BRASIL - 1970/1981

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	1970	1972	1976	1977	1979	1981
Total	0,552	0,622	0,590	0,589	0,574	0,562
Urbano	0,532	-	0,583	0,579	0,563	0,550
Rural	0,410	-	0,499	0,519	0,483	0,496

FORNTE: IBGE, Censo Demográfico de 1970 e PNAD's, in "Indicadores 1979" e "Indicadores Sociais 1984".

TABELA 35

COEFICIENTE DE GINI (limite inferior) DA POPULAÇÃO
ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS
NORDESTE E SÃO PAULO

	1970	1976	1977	1979	1981
Nordeste	0,520	0,564	0,562	0,560	0,569
São Paulo	0,513	0,548	0,547	0,527	0,517

Fonte: Idem, tabela 34.

TABELA 36

COEFICIENTE DE GINI (limite inferior), POR SETOR DE ATIVIDADE,
DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO
BRASIL

Setor de Atividade	1970	1976	1977	1979
Primário	0,414	0,510	0,569	0,526
Secundário	0,473	0,537	0,518	0,516
Terciário	0,547	0,605	0,597	0,581

Fonte: Ibidem.

TABELA 37

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO BRASIL E REGIÕES: ÍNDICE DE GINI (G), PROPORÇÃO DA ÁREA TOTAL CORRESPONDENTE A 50% DE ESTABELECIMENTOS MENORES (50-) AOS 10% MAIORES (10+) E AOS 5% MAIORES (5+), SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980

Regiões e Brasil	G	50-	10+	5+
Norte	0,835	3,2	74,9	78,6
Nordeste	0,862	2,1	79,7	68,3
Sudeste	0,771	5,0	67,2	53,9
Sul	0,745	7,6	67,7	57,9
Centro-Oeste	0,845	2,3	77,0	65,3
Brasil	0,857	2,4	79,3	69,3

Fonte: Hoffmann, R.: Distribuição da Renda e Pobreza na Agricultura brasileira, mimeo, 1987.

TABELA 38

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NO BRASIL - 1920/1972

Percentil	Censos agrícolas					Cadastro do INCRA	
	1920	1940	1950	1960	1970	1967	1972
	Porcentagem da área						
10 ⁻	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2
10	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
10	0,7	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7
10	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	1,0	1,4
10	1,5	1,5	1,4	1,3	1,3	1,5	1,5
10	2,0	2,2	2,0	2,0	1,9	2,0	2,0
10	2,7	3,1	2,9	3,1	3,0	2,8	2,9
10	4,7	4,9	4,5	4,7	4,9	4,5	4,5
10	10,7	9,5	9,0	9,1	9,6	9,8	8,9
10+	76,0	76,7	78,3	78,0	77,6	77,1	77,9
50 ⁻	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	3,5	3,8
50	66,1	66,2	67,9	67,9	66,8	66,0	68,1
50+	41,9	43,0	44,6	44,5	42,8	44,3	46,0
Índice de Gini G_0	0,798	0,826	0,838	0,836	0,837	0,820	0,832
Índice de Gini G_1	0,805	0,831	0,842	0,841	0,842	0,832	0,836
Índice de Gini G_2	0,852	0,833	0,844	0,843	0,844	0,846	0,838

Fonte: Souza, Bernardo; Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, Zahar, Rio, 1980.

TABELA 39

DISTRIBUIÇÃO DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS NO BRASIL, ENTRE 1970 e 1980

ESTATÍSTICA	A N O		
	1970	1975	1980
Milhões de estabelecimentos com declaração de área	4,9	5,0	5,2
Área total (milhões ha)	294,1	323,9	369,6
Área média (ha)	60,0	64,9	71,7
Área mediana (ha)	9,3	8,9	9,7
Índice de Gini	0,844	0,855	0,859
50 ^o	2,9	2,5	2,4
5 +	67,0	68,7	69,7

Fonte: Silva, J. Graziano, op.cit.

TABELA 40
 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA AGROPECUÁRIA,
 SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
 BRASIL: 1970/80

Posição na Ocupação	Rendimento Médio			Rendimento Mediano			Coeficiente de Gini		50-		10+		5+	
	1970	1980	1970/80 (%)	1970	1980	1970/80 (%)	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Empregado	0,65	1,02	57	0,57	0,87	52	0,320	0,358	28,7	27,0	24,7	29,1	15,9	20,1
Autônomo	0,75	1,66	121	0,58	0,95	64	0,383	0,539	25,2	17,2	30,0	44,8	19,6	33,6
Empregador	5,12	10,32	101	2,67	3,80	42	0,590	0,667	13,1	9,2	47,3	55,1	34,6	40,3
Total	0,81	1,63	102	0,58	0,92	58	0,424	0,554	23,6	17,4	35,0	48,8	25,7	38,8

FONTE: Hoffman, R.; op.cit.

TABELA 41

DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS CONFORME O RENDIMENTO
FAMILIAR NO BRASIL.

ÍNDICE DE GINI E PERCENTAGENS DE RENDA
CORRESPONDENTES AOS 50% MAIS POBRES (50-)
E AOS 10% MAIS RICOS (10+)

Região	Gini		50-		10+	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Norte	0,529	0,562	17,1	14,2	43,3	44,9
Nordeste	0,593	0,614	14,1	11,9	49,7	50,0
Sudeste	0,585	0,564	12,9	14,2	45,5	44,2
Sul	0,547	0,560	15,9	14,5	43,9	44,2
Centro-Oeste	0,573	0,604	14,8	12,4	47,3	49,1
Brasil	0,608	0,597	12,1	12,2	48,3	47,1

FONTE: Hoffman, Helga; in "A Transição Incompleta", Vol.II, Paz e terra,
Rio, 1986.

TABELA 42

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS POR NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS,
SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA PARA O BRASIL
1970 e 1977

GRUPOS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE FAMÍLIAS, SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS									
	1 9 7 0					1 9 7 7				
	Total	Nenhuma pessoa ocupada	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas e mais	Total	Nenhuma pessoa ocupada	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas e mais
TOTAL	100,0	9,2	59,5	18,9	12,4	100,0	9,6	47,4	24,5	18,5
Sem rendimento	100,0	95,8	3,3	0,6	0,3	100,0	96,2	9,5	3,5	0,8
Até 1/2 salário mínimo	100,0	4,3	65,1	17,5	13,1	100,0	8,9	49,5	21,5	20,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	100,0	6,9	57,8	22,0	13,3	100,0	6,8	47,4	23,6	20,2
mais de 1 a 2 salários mínimos	100,0	8,3	54,3	26,0	11,4	100,0	6,9	45,5	28,4	19,2
mais de 2 salários mínimos	100,0	10,2	54,5	28,4	6,9	100,0	7,8	48,5	32,4	11,3

FONTE: Dados básicos: IBGE, amostra de 1% do Censo Demográfico de 1970 e dados do PNAD-77.. In "Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil". UNICEF/IBGE, Rio, 1982.

TABELA 43

POBREZA ENTRE AS FAMÍLIAS NO BRASIL, CONSIDERANDO O RENDIMENTO MENSAL POR FAMÍLIA E UMA LINHA DE POBREZA DE Cr\$ 161,84 (EQUIVALENTE AO SALÁRIO MÍNIMO DE AGOSTO DE 1980), cf. CENSO DEMOGRÁFICO DE 1970

Região	H	I	P	Famílias Pobres (%)	Insuf.de Renda (%)	% da Insuf.da Renda na Renda Total
Brasil	0,422	0,466	0,265	100,0	100,0	7,7
Norte	0,453	0,373	0,237	3,7	2,9	8,7
Nordeste	0,682	0,510	0,452	46,9	51,3	26,5
Sudeste	0,271	0,451	0,169	28,7	27,8	3,4
Sul	0,359	0,403	0,202	15,1	13,0	6,2
Centro-Oeste	0,462	0,404	0,257	5,7	4,9	8,8

Fonte: Hoffman, Helga; op.cit.

Obs.: Para as definições "proporção de pobres" (H), "razão de insuficiência de renda" (I) e "índice de pobreza de Sen" (P), ver Hoffmann, R.; "Distribuição da Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira"; ESAIQ, mimeo, 1987.

TABELA 44

POBREZA ENTRE AS FAMÍLIAS NO BRASIL, CONSIDERANDO O
RENDIRIMENTO MENSAL POR FAMÍLIA E UMA LINHA DE POBREZA
EQUIVALENTE A UM SALÁRIO MÍNIMO POR FAMÍLIA

cf. CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980

População ou Condição de Domicílio	H	I	P	Famílias Pobres (%)	Insuf.de Renda (%)	% da Insuf.da Renda na Renda Total
Brasil	0,219	0,420	0,128	100,0	100,0	1,9
Norte	0,218	0,422	0,130	4,3	4,3	2,5
Nordeste	0,439	0,431	0,260	53,6	55,0	7,3
Sudeste	0,115	0,408	0,066	24,3	23,6	0,8
Sul	0,161	0,403	0,090	12,2	11,6	1,4
Centro-Oeste	0,202	0,406	0,115	5,6	5,5	1,7
Urbana	0,135	0,429	0,081	43,3	44,2	1,0
Rural	0,421	0,414	0,240	56,7	55,8	8,0

Fonte: Hoffmann, Helga; op: cit.

TABELA 45

POBREZA ENTRE AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS NA AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA, CLASSIFICADAS COMO EMPREGADOS (EMP), AUTÔNOMOS (AUT) OU EMPREGADORES (PATRÕES, PAT), NO BRASIL E NAS SUAS REGIÕES, DE ACORDO COM OS CENSOS DEMOGRÁFICOS CE 1970 E 1980. PROPORÇÃO DE POBRES (H), RAZÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RENDA (I) E ÍNDICE DE POBREZA DE SEN (P), ADOTANDO UMA LINHA DE POBREZA DE UM SALÁRIO MÍNIMO EM 1980 E SEU EQUIVALENTE EM 1970.

Região	Posição na Ocupação	H		I		P	
		1970	1980	1970	1980	1970	1980
Norte	EMP	0,807	0,462	0,350	0,283	0,379	0,186
	AUT	0,730	0,354	0,341	0,293	0,337	0,147
	PAT	0,228	0,107	0,246	0,326	0,079	0,059
	Total	0,737	0,373	0,342	0,290	0,341	0,154
Nordeste	EMP	0,965	0,869	0,535	0,393	0,638	0,470
	AUT	0,916	0,742	0,536	0,424	0,605	0,431
	PAT	0,291	0,292	0,350	0,350	0,139	0,143
	Total	0,923	0,785	0,535	0,410	0,609	0,442
SE excl. SP	EMP	0,898	0,666	0,492	0,314	0,556	0,296
	AUT	0,831	0,465	0,500	0,336	0,520	0,221
	PAT	0,195	0,078	0,344	0,291	0,092	0,032
	Total	0,837	0,565	0,495	0,320	0,320	0,256
SP	EMP	0,751	0,428	0,360	0,289	0,366	0,176
	AUT	0,616	0,218	0,377	0,305	0,311	0,094
	PAT	0,082	0,037	0,258	0,289	0,030	0,015
	Total	0,682	0,370	0,365	0,291	0,336	0,153
Sul	EMP	0,773	0,589	0,409	0,334	0,421	0,278
	AUT	0,636	0,341	0,396	0,355	0,338	0,170
	PAT	0,151	0,089	0,281	0,309	0,060	0,039
	Total	0,658	0,423	0,399	0,344	0,352	0,206
C.Oeste	EMP	0,852	0,506	0,381	0,291	0,428	0,210
	AUT	0,786	0,436	0,390	0,319	0,404	0,197
	PAT	0,105	0,076	0,262	0,284	0,039	0,031
	Total	0,785	0,452	0,387	0,304	0,400	0,195
Brasil	EMP	0,869	0,672	0,466	0,350	0,522	0,330
	AUT	0,806	0,553	0,479	0,392	0,494	0,301
	PAT	0,180	0,125	0,320	0,326	0,080	0,053
	Total	0,814	0,595	0,474	0,369	0,494	0,307

TABELA 46

DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS E DAS PESSOAS PBORES ECONOMICAMENTE ATIVAS NA AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA, CLASSIFICADAS COMO EMPREGADOS (EMP), AUTÔNOMOS (AUT) OU EMPREGADORES (PATRÕES, PAT), NO BRASIL E NAS SUAS REGIÕES, DE ACORDO COM OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 e 1980.

Região	Posição na Ocupação	Distribuição da PEA nas 3 posições na ocupação (e nº total em 1.000)		Distribuição da PEA pobre nas 3 posições na ocupação (e nº total em 1.000)	
		1970	1980	1970	1980
Norte	EMP	16,2	20,4	17,8	25,3
	AUT	82,7	78,4	81,9	74,4
	PAT	1,1	1,2	0,3	0,3
	Total	(459)	(619)	(338)	(231)
Nordeste	EMP	27,3	40,2	28,6	44,5
	AUT	71,7	58,1	71,1	54,9
	PAT	1,0	1,7	0,3	0,6
	Total	(4.179)	(4.389)	(3.857)	(3.447)
SE excl. SP	EMP	39,2	60,0	42,1	70,6
	AUT	57,6	34,8	57,2	28,7
	PAT	3,2	5,2	0,7	0,7
	Total	(1.911)	(1.761)	(1.599)	(996)
Sudeste	EMP	60,3	76,1	66,4	88,0
	AUT	36,8	19,5	33,2	11,5
	PAT	2,9	4,4	0,4	0,5
	Total	(1.088)	(1.053)	(742)	(389)
Sul	EMP	24,5	36,7	28,8	51,0
	AUT	73,1	60,0	70,7	46,3
	PAT	2,4	3,3	0,5	0,7
	Total	(3.933)	(1.757)	(1.271)	(744)
C. Oeste	EMP	25,3	48,3	27,5	54,1
	AUT	72,1	46,6	72,1	45,0
	PAT	2,6	5,1	0,4	0,9
	Total	(718)	(776)	(563)	(351)
Brasil	EMP	31,8	46,0	34,0	52,1
	AUT	66,2	50,9	65,5	47,3
	PAT	2,0	3,1	0,4	0,6
	Total	(10.287)	(10.356)	(8.369)	(6.158)

São considerados pobres os que ganham até 1 salário mínimo em 1980 ou o seu equivalente em 1970.

FONTE: Idem, Tabela 45.

TABELA 47
DADOS MACROECONÔMICOS BÁSICOS - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO
1979/80

Período	P R O D U T O										I N V E S T I M E N T O S	
	P I B		S E T O R E S			I N D Ú S T R I A D E T R A N S F O R M A Ç Ã O					F B C F	Empresas Estatais (Federais)
	Total	Per capita	Agricul- tura	Indús- tria	Serviços	Total	Categoria de Uso					
						BI	BK	BCD	BCND			
1979/80	8,1	5,5	7,2	8,0	8,8	8,0	8,0	9,2	8,2	13,0	5,4	6,5
1981	(3,4)	(5,7)	6,1	(9,2)	(0,9)	(10,4)	(11,1)	(19,4)	(24,9)	1,2	(13,3)	(0,4)
1982	0,9	(1,5)	(1,9)	(0,1)	2,2	(0,4)	2,5	(14,9)	8,0	2,1	(5,4)	3,4
1983	(2,5)	(4,9)	1,8	(6,6)	(0,4)	(6,1)	(3,0)	(19,3)	(0,8)	(4,6)	(17,0)	(28,9)
1984	5,7	3,1	3,1	6,1	5,9	6,1	10,3	14,7	(7,5)	1,9	4,1	(2,4)
1985	8,3	5,6	8,8	9,0	7,7	8,3	7,2	12,3	15,1	7,9	11,6	6,2
1986*	8,2	5,6	(7,3)	12,1	8,3	11,3	8,4	21,6	20,3	8,8	19,8	n.d.

Fonte: IBRE/FGV e SEST in "Perspectivas da Economia Brasileira"; IPEA/INPES - 1987.

* Estimativas.

TABELA 48

ESTIMATIVAS DE EMPREGO ANUAL POR ATIVIDADES ECONÔMICAS SELECIONADAS

Base: Painel RAIS e RAIS em 31/12/85

BRASIL

(em milhares)

ATIVIDADES	ANOS (31 dez.)	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EXTRATIVA MINERAL		133.0	138.0	131.1	130.0	123.0	128.0	136.0
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		5.144.0	5.278.0	4.760.0	4.733.0	4.410.0	4.662.0	5.080.0
Ind.de Prod.de Minerais n-metal.		325.0	335.0	297.0	286.0	245.0	242.0	268.0
Ind.metalúrgica		655.0	677.0	580.0	558.0	505.0	547.0	592.0
Ind.mecânica		374.0	391.0	340.0	306.0	277.0	306.0	348.0
Ind.de mat.elétrico e comunicações		304.0	320.0	276.0	272.0	244.0	259.0	289.0
Ind.de material de transporte		358.0	371.0	295.0	315.0	289.0	345.0	377.0
Ind.de madeira		241.0	246.0	208.0	199.0	182.0	183.0	196.0
Ind.de mobiliário		168.0	166.0	150.0	156.0	136.0	139.0	158.0
Ind.de papel e papelão		129.0	136.0	123.0	123.0	115.0	122.0	129.0
Ind.química		226.0	233.0	222.0	218.0	212.0	221.0	233.0
Ind.Prod.matérias plásticas		146.0	154.0	137.0	138.0	125.0	136.0	155.0
Ind.têxtil		475.0	471.0	418.0	410.0	355.0	375.0	416.0
Ind.vestuário, calçados e art.tecidos		448.0	466.0	460.0	489.0	482.0	515.0	560.0
Ind.prod.alimentares		620.0	639.0	638.0	640.0	652.0	658.0	685.0
Ind.de editorial e gráfica		165.0	160.0	149.0	151.0	140.0	142.0	154.0
UTILIDADES PÚBLICAS		280.0	291.0	281.0	285.0	279.0	279.0	294.0
CONSTRUÇÃO CIVIL		1.337	1.285.0	1.263.0	1.155.0	798.0	766.0	820.0
COMÉRCIO		2.838.0	2.819.0	2.680.0	2.653.0	2.524.0	2.493.0	2.585.0
SERVIÇOS		5.760.0	5.921.0	5.866.0	5.894.0	5.660.0	5.839.0	6.112.0
Serv.de transporte		612.0	811.0	821.0	803.0	783.0	831.0	867.0
Serv.de comunicações		289.0	296.0	299.0	295.0	205.0	238.0	255.0
Serv.de alojamento e alimentação		424.0	413.0	393.0	390.0	373.0	359.0	371.0
Serv.pessoais		598.0	620.0	628.0	627.0	600.0	609.0	636.0
Serv.comerciais		1.296.0	1.316.0	1.277.0	1.308.0	1.228.0	1.278.0	1.373.0
Entidades financeiras		755.0	780.0	799.0	830.0	867.0	935.0	986.0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		3.133.0	3.308.00	3.512.0	3.733.0	3.837.0	4.140.0	4.395.0
T O T A L		19.414.0	19.363,0	19.288.0	19.426.0	18.677.0	19.378.0	20.492.0

FONTE: Ministério do Trabalho - RAIS.

TABELA 49

ÍNDICES DE EMPREGO ANUAL POR ATIVIDADES ECONÔMICAS SELECIONADAS

BASE: Painel RAIS (1979 = 100)

ATIVIDADES	ANOS (31 dez.)	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
EXTRATIVA MINERAL		100,00	103,82	98,68	97,85	92,58	96,33	102,36
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		100,00	102,60	92,53	92,01	85,72	90,63	98,75
Ind.de Prod.de Minerais n-metal.		100,00	102,95	91,22	87,98	75,41	74,43	82,41
Ind.metalúrgica		100,00	103,40	88,57	85,25	77,11	83,46	90,40
Ind.mecânica		100,00	104,69	91,10	81,90	74,25	81,86	93,12
Ind.de mat.elétrico e comunicações		100,00	105,14	90,74	89,37	80,10	55,12	95,00
Ind.de material de transporte		100,00	103,73	82,46	88,10	80,59	96,29	105,28
Ind.de madeira		100,00	102,14	86,61	82,73	75,62	76,13	81,45
Ind.de mobiliário		100,00	98,81	89,07	92,76	81,04	82,66	94,01
Ind. de papel e papelão		100,00	105,12	95,62	95,03	89,12	94,47	105,12
Ind.química		100,00	103,04	98,17	96,24	93,77	97,46	102,88
Ind.prod.matérias plásticas		100,00	105,79	93,83	94,64	85,40	92,95	106,14
Ind.têxtil		100,00	99,04	87,88	86,33	74,74	78,90	87,55
Ind.vestuário,calçados e art.tecidos		100,00	104,03	102,72	109,03	107,66	114,83	124,96
Ind.prod.alimentares		100,00	103,12	102,93	103,29	105,24	106,21	110,52
Ind.de editorial e gráfica		100,00	96,83	90,17	91,30	84,74	85,66	93,17
UTILIDADE PÚBLICA		100,00	104,04	100,25	101,87	99,54	99,74	105,04
CONSTRUÇÃO CIVIL		100,00	96,06	94,40	86,37	59,64	57,30	61,31
COMÉRCIO		100,00	99,35	94,45	83,48	88,94	87,85	91,09
SERVIÇOS		100,00	102,80	101,85	102,34	98,28	101,38	106,12
Serv.de Transporte		100,00	103,51	101,14	98,83	96,44	102,27	106,75
Serv.de comunicações		100,00	102,63	103,43	102,11	70,89	82,23	88,27
Serv.de alojamento e alimentação		100,00	97,52	92,84	92,04	88,05	84,67	87,55
Serv.Pessoais		100,00	103,74	104,97	104,83	100,37	101,94	106,39
Serv.comerciais		100,00	101,51	98,53	100,93	94,71	98,61	105,92
Entidades financeiras		100,00	103,30	105,72	109,86	114,78	123,82	130,51
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		100,00	105,60	112,09	119,15	122,48	132,13	140,28
T O T A L		100,00	102,31	99,35	100,06	96,20	99,81	105,55

FONTE: Idem, tabela 48.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

ESTIMATIVA DO EMPREGO FORMAL, TOTAL E RAMOS SELECIONADOS (31/12) EM NÚMEROS
ABSOLUTOS E ÍNDICES (31/12/79 = 100)

1.000 pessoas

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985 ^{a)}	1986 ^{b)}
TOTAL	4268.1 100	4296.7 100.7	4021.4 94.2	3985.5 93.4	3780.2 88.6	3927.5 92.0	4168.6 97.7	4361.0 102.2
IND. TRANSF.	1627.5 100	1640.0 100.3	1401.1 86.1	1386.1 85.2	1242.2 76.9	1353.7 83.2	1447.8 88.6	1574.1 96.7
DURÁVEIS E BENS DE CAPITAL ^{c)}	753.7 100	775.3 102.9	623.6 82.7	616.0 81.7	555.3 73.7	627.0 83.2	-	-
CONSUMO NÃO DURÁVEIS ^{d)}	340.7 100	325.3 95.6	304.9 89.5	300.5 88.2	268.4 78.8	273.3 80.2	-	-
CONSTRUÇÃO CIVIL	202.3 100	212.1 104.3	224.9 111.2	198.3 98.3	143.7 71.0	147.4 72.9	155.7 76.9	-
SERVIÇOS	1245.3	1251.4	1240.8	1228.9	1183.6	1223.5	1292.9	1430.9
ADM. PÚBLICA	581.9 100	587.2 100.9	602.9 103.6	623.3 107.1	623.5 107.1	634.9 109.1	640.1 110.0	644.7 110.3

FONTE: RAIS (MTb) e "4923" (MTb).

a) Aproximação, aplicando-se o Índice Mensal do Nível de Emprego (MTb/4923) à RAIS.

b) Idem, até julho de 86.

c) Metalúrgica, Mecânica, Mat.Elétrico e Comunicações, Mat.de Transporte.

d) Têxtil, Vestuário, Calçados e Art.Tecidos, Prod.Alimentares.

TABELA 52

NÍVEL DE EMPREGO INDUSTRIAL NA GRANDE SÃO PAULO
1979 - 1986

	A N O S							
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Média Anual	155,7	160,1	146,4	139,5	126,2	122,3	136,6	152,1
Média 1º Trimestre	154,0	157,7	156,8	139,4	131,0	120,3	132,9	145,8
Média 2º Trimestre	155,7	159,9	147,9	140,6	127,0	121,0	134,2	148,2
Média 3º Trimestre	156,4	161,4	141,7	140,8	125,0	122,4	137,4	155,1
Média 4º Trimestre	156,8	161,2	139,3	137,2	122,0	125,3	142,0	159,0

FONTE: FIESP - Índice de Emprego Industrial. Base Dezembro 1970 = 100.

TABELA 53
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, 1979-1983

	Cresc. Absoluto (1.000)	Queda no Rendimento Médio (%)
1. Empregados c/carteira	- 242	30
1.1. Na ind.de transf.	- 308	26
2. Empregados s/carteira	312	42
3. Conta própria c/previ- dência	22	30
4. Conta própria s/previ- dência	103	41
5. Desempregados	271	-
6. Empregadores	- 20	37
7. Não remunerados	2	-
8. FEA	448	-

FORNTE: Tabela 54.

TABELA 54
 REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO E
 NÚMERO DE PESSOAS (1.000) SEGUNDO POSIÇÕES NA
 OCUPAÇÃO

	1979		1983	
	REND.	Nº	REND.	Nº
1. Assalariados com carteira assinada	11.426	3.402	3.003	3.160
1.1. Na ind.de transf.	11.710	1.722	3.686	1.414
2. Assalariados sem carteira assinada	8.405	708	4.906	1.020
3. Conta própria que contribuem para a Previdência Social	16.395	327	11.833	349
4. Conta própria que não contribuem para a Previdência Social	7.217	286	4.252	389
5. Empregadores	35.663	214	22.586	194
6. Desempregados		168		439
7. Não remunerados		59		61
PEA		5.173		5.626
População.		12.359		13.284

FONTE: IBGE, PNAD's 1979 e 1983, Tabulações Especiais.
 Rendimentos a preços de 79, deflacionados pelo ICV-S.P. (FIPE).

TABELA 55

MÉDIA DAS TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO DAS REGIÕES
METROPOLITANAS DE RECIFE, SALVADOR, BELO HORIZON
TE, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PORTO ALEGRE:
1982 - 1987

MESES	A N O S					
	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Janeiro		6,30	7,45	6,31	4,18	3,19
Fevereiro		6,14	7,82	6,12	4,40	3,38
Março		7,02	7,31	6,43	4,39	3,28
Abril	6,69	7,17	7,71	6,08	4,17	3,39
Maior	6,18	7,03	8,23	5,93	4,08	
Junho	5,81	6,90	7,57	5,63	3,76	
Julho	5,39	6,82	7,23	5,35	3,60	
Agosto	5,30	7,00	7,32	5,03	3,50	
Setembro	5,47	7,12	6,77	4,77	3,23	
Outubro	5,15	6,75	6,48	4,28	2,98	
Novembro	4,71	6,51	6,10	3,90	2,64	
Dezembro	4,00	5,63	4,80	3,15	2,16	

Observação: Pessoas de 15 anos e mais.

FONTE: PME - IBGE.

TABELA 56

TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO E OCULTO POR TRABALHO
 PRECÁRIO E DESALENTO NA GRANDE SÃO PAULO
 1985/1986

Trimestres	Desemprego Aberto		Oculto pelo trabalho* precário		Oculto pelo desalento**	
	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Janeiro a Março	8,9	7,3	3,2	2,5	1,8	1,7
Abril a Junho	8,7	6,6	3,1	2,2	1,7	1,4
Julho a Setembro	7,2	5,7	3,0	2,0	1,7	1,7
Setembro a Dezembro	5,8	4,4	2,3	1,4	1,7	1,5

FONTE: SEADE/DIEESE.

* "Desemprego oculto pelo trabalho precário: realiza, de forma irregular, algum trabalho remunerado ou não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, e encontra-se numa situação de procura de trabalho".

** "Desemprego oculto pelo desalento: não possui nenhum trabalho, não procurou nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, havendo, entretanto, procurado anteriormente até o máximo de 1 ano atrás".

TABELA 57

TAXAS ESPECÍFICAS DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS RMSP, Maio/Junho/Julho

1966

	Taxas
<u>Idade</u>	
10 - 14	23.9
15 - 17	15.6
18 - 24	8.6
25 - 39	3.5
40 e +	2.3
<u>Sexo</u>	
Homens	4.5
Mulheres	8.4
<u>Cor</u>	
Branca	5.5
Não branca	7.3
<u>Posição no Domicílio</u>	
Chefes	2.0
Donais	9.0
TOTAL	6.0

FONTE: Pesquisa de Emprego e Desemprego, convênio SEADE/DIEESE.

TABELA 58

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
RENDIMENTO MÉDIO DOS EMPREGADOS

Em cruzados de março de 86

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Janeiro	-	2981	3090	3144	2580	2406	2743
Fevereiro	3162	2924	2991	2993	2479	2404	2696
Março	3232	2925	3029	2903	2367	2332	2803
Abril	3175	3069	3035	2877	2292	2311	2976
Maiο	3437	3133	3041	2993	2485	2555	3093
Junho	3303	3216	3024	2916	2451	2634	3099
Julho	3285	3210	3006	2638	2444	2607	3275
Agosto	3237	3053	2949	2540	2469	2617	3353
Setembro	3235	3003	2979	2387	2356	2597	3411
Outubro	2999	3021	3009	2331	2366	2605	3461
Novembro	3339	3472	3422	2674	2605	2949	-
Dezembro	4495	4795	4327	3435	3024	3325	-
<hr/>							
Julho/Setembro							
Média	3252	3033	2978	2521	2423	2607	3346
Índice	100,0	95,0	91,6	77,5	74,5	80,2	102,9

FONTE: PME/IBGE, Tabulação Especial

Deflacionado pelo INPC sem expurgo - Março 1986 = 100

TABELA 60

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
 MASSA SALARIAL
 (Rendimentos do Trabalho Principal)

Em milhões de cruzados de março de 86

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Janeiro	-	9780	9399	11562	9213	9439	10683
Fevereiro	10330	9795	9565	10933	9060	9544	10671
Março	10662	9619	10419	10915	8893	9234	11168
Abril	10133	9377	11007	10806	8819	9162	12364
Maio	11464	10088	11602	11256	9625	10138	12943
Junho	11090	10104	11274	10831	9569	10360	12692
Julho	11155	10159	11197	9772	9429	10200	13513
Agosto	11096	9605	10911	9303	9797	10319	14080
Setembro	11101	9422	11129	8540	9364	10421	14386
Outubro	10305	9435	11540	8304	9417	10567	14598
Novembro	11350	10205	12391	9222	10571	11610	-
Dezembro	14576	14015	16076	11933	11676	13120	-
Julho/Setembro							
Média	11117	9726	11079	9205	9530	10313	13999
Índice	100,0	67,5	99,7	82,6	85,7	92,6	125,6

FONTE: PME/IBGE, Tabulação Especial.

Deflacionado pelo INPC sem expurgo: Março de 1986 = 100.

TABELA 61

SALÁRIO MÉDIO DOS EMPREGADOS CHEFES DE FAMÍLIA E
DIFERENCIAIS DE SALÁRIO POR GRUPO DE OCUPAÇÃO *
1985

OCUPAÇÃO	SALÁRIO MÉDIO (em sal. Mínimos)		Diferencial de Salário Médio dos ESC em Relação a ECC (%)
	Empregados Com Carteira	Empregados Sem Carteira	
Técnicas, Científicas e Assemelhadas	19,7	14,6	-25,9
Auxiliares Técnicas, Científicas e Assem.	6,4	5,5	-34,5
Agropecuária, Prod.Extr. Vegetal e Animal	3,3	1,1	-66,7
Construção Civil	2,4	1,6	-25,0
Ind.Mecânica, Metalúrgica e Elétrica	4,0	2,7	-43,3
Ind:Madeira, Móveis, Gráfica, Cer. Vidros	3,4	2,6	-17,6
Alimentação, Bebidas, Têxtil, Vestuário e Couros	2,6	2,1	-25,0
Comércio e Ativ.Auxiliares	5,3	5,2	-5,5
Transportes e Comunicações	4,0	3,5	-12,5
Prestação de Serviços	2,2	1,8	-18,2
Administrativas	11,3	7,7	-31,9
Defesa Nacional, Segurança e Adm.Pública	4,7	14,5	206,5
Outras Mal Definidas ou Não Declaradas	5,1	3,2	-37,3
Total	6,3	3,8	-39,7

* Foram excluídos da amostra os empregados da Administração Pública.

FONTI: IBGE - PNAD, mimeo, 1987. in "Uma avaliação do Impacto da Carteira de Trabalho sobre as condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família", Ricardo Paes de Barros, Simone Varandas, IPEA/INPES.

TABELA 62

VARIAÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO DAS PESSOAS OCUPADAS NA
RECESSÃO E NA RECUPERAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE DISTRI-
BUIÇÃO DE RENDA - BRASIL, 1979 = 100

Grupos de Distribuição de Renda	1979/83 (%)	1983/85 (%)
1 +	-16,6	34,3
5 +	-17,0	26,3
10 +	-16,6	24,0
15 +	-16,0	22,7
15+ - 50-	-16,4	15,5
50-	-21,4	10,3
20-	-20,5	5,2
10-	-16,2	-8,8
TOTAL	-17,0	18,7

FONTE: Com base na Tabela A.4 in Perspectivas da Economia Brasileira.
IPEA/INPES, Rio, 1987; dados básicos das Pesquisas Nacionais
por Amostras de Domicílios, IBGE.

TABELA 63

DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO, NO BRASIL, DE ACORDO COM AS PNADs DE 1979, 81, 83, 84 e 85: ÍNDICE DE GINI (G), PORCENTAGEM DA RENDA CORRESPONDENTE AOS 50% MAIS POBRES (50⁻), AOS 10% MAIS RICOS (10⁺) E AOS 5% MAIS RICOS (5⁺).

ANO	G ¹	50 ⁻	10 ⁺	5 ⁺
1979 ²	0,585	13,7	47,3	34,4
1981 ³	0,572	14,2	45,5	32,7
1983 ³	0,591	13,2	47,1	33,6
1984 ³	0,537	13,2	46,9	33,4
1985 ³	0,599	12,6	48,0	34,5

FONTE: Para 1979 a 1983: Anuário Estatístico do Brasil - 1985, p.670; para 1984 e 1985: índices calculados a partir dos dados das PNADs. in Hoffman, R., op.cit.

1. Média ponderada dos valores mínimos e máximo.
2. Exclui a população da zona rural da região Norte e dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.
3. Exclui a população da zona rural da região Norte.

TABELA 64

DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, NO BRASIL, DE ACORDO COM AS PNADs de 1981, 83, 84 e 85: ÍNDICE DE GINI (G), PORCENTAGEM DA RENDA CORRESPONDENTE AOS 50% MAIS PÓBRES (50⁻), AOS 10% MAIS RICOS (10⁺) E AOS 5% MAIS RICOS (5⁺).

Situação do domicílio	Ano	G ¹	50 ⁻	10 ⁺	5 ⁺
Urbana	1981	0,561	14,7	44,2	31,1
	1983	0,579	13,6	45,6	32,1
	1984	0,579	13,4	45,8	32,1
	1985	0,589	13,0	46,9	33,2
Rural ²	1981	0,507	17,9	40,3	28,9
	1983	0,529	17,0	43,0	31,0
	1984	0,526	17,4	42,9	31,0
	1985	0,548	16,2	44,5	32,4

FONTE: Para 1981 e 1983: Anuário Estatístico do Brasil - 1985, p.670; para 1984 e 1985: Índices calculados a partir dos dados das PNADs., in Hoffman, R.; op.cit.

1. Média ponderada dos valores mínimo e máximo.
2. Excluída a população da zona rural da região Norte.

TABELA 65

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR
PER CAPITA - BRASIL, 1985

Renda Familiar per Capita (em salários mínimos)	Famílias (em mil)			Pessoas (em mil)		
	Número	%	% Ac.	Número	%	% Ac.
Até 1/4 s.m.*	4.692	14,7	14,7	24.444	18,7	18,7
De 1/4 a 1/2 s.m.	6.374	19,9	34,6	28.728	22,0	40,7
De 1/2 a 1 s.m.	7.860	24,6	59,2	31.844	24,4	65,1
De 1 a 2 s.m.	6.462	20,2	79,4	23.872	18,3	83,4
De 2 a 3 s.m.	2.471	7,7	87,1	8.469	6,5	89,9
De 3 a 5 s.m.	2.121	6,6	93,7	7.006	5,4	95,3
De 5 a 10 s.m.	1.404	4,4	98,1	4.477	3,4	98,7
De 10 a 20 s.m.	484	1,5	99,6	1.370	1,0	99,7
Mais de 20 s.m.	134	0,4	100,0	316	0,3	100,0
Sem declaração	214	-	-	883	-	-
TOTAL	32.215	-	-	131.411	-	-

FONTE: IBGE - PNAD/85: Tabulações Especiais, in Nelson do Valle Silva, "O Estado Social da Nação em 1985", mimeo, 1987.

Nota: Inclui famílias sem rendimentos.

TABELA 66

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA MISÉRIA E DA POBREZA
FAMÍLIAS E PESSOAS - RENDA FAMILIAR ATÉ 1/4 e
ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO PER CAPITA

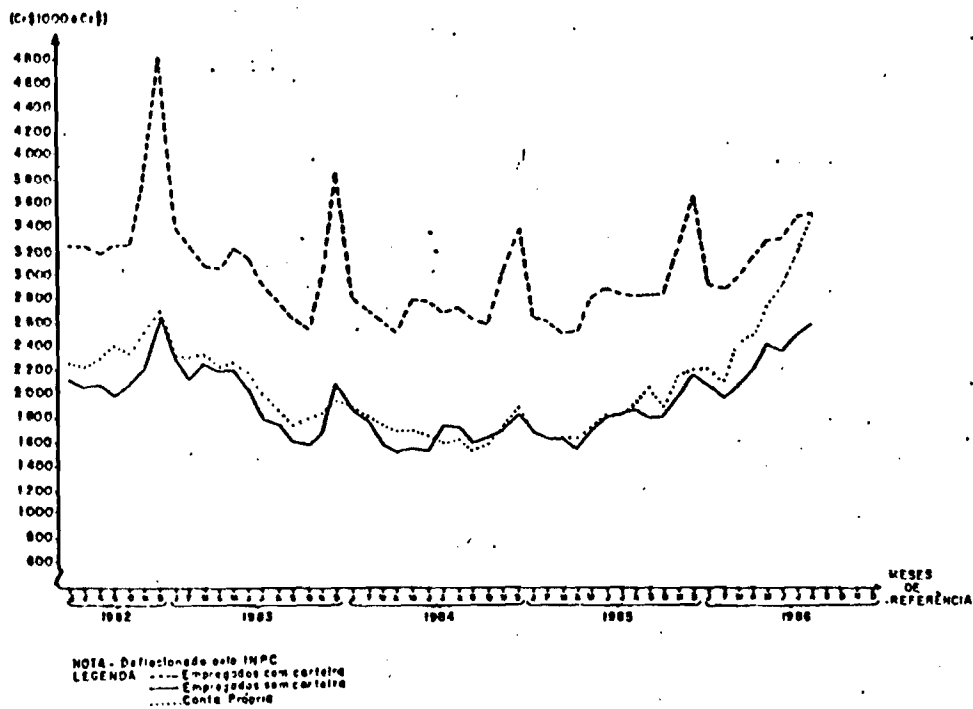
Regiões	Famílias (em mil)				Pessoas (em mil)			
	Até 1/4 s.m.	%	Até 1/2 s.m.	%	Até 1/4 s.m.	%	Até 1/2 s.m.	%
O. Brasil	4.692	100	11.066	100	24.444	100	53.172	100
0.1 Urbano	2.278	48,6	6.384	57,7	10.651	43,6	29.150	54,8
0.1.1 Metropolitano	706	15,0	2.108	19,0	3.110	12,7	9.471	17,8
0.1.2 Não-Metr.	1.572	33,6	4.376	38,7	7.541	30,9	19.679	37,0
0.2 Rural	2.414	51,4	4.682	42,3	13.793	56,4	24.022	45,2
1. Norte	88	1,9	254	2,2	445	1,8	1.325	2,5
1.1 Urbano	88	1,9	254	2,2	445	1,8	1.325	2,5
1.1.1 R.M. Belém	21	0,5	63	0,5	85	0,3	287	0,6
1.1.2 Urb. Não-Metr.	67	1,4	191	1,7	360	1,5	1.038	1,9
2. Nordeste	2.653	56,5	5.161	46,6	14.524	59,4	25.830	48,6
2.1 Urbano	1.026	21,9	2.391	21,6	5.101	20,9	11.369	21,4
2.1.1 R.M. Recife	94	2,0	236	2,1	433	1,8	1.099	2,1
2.1.2 R.M. Fortal.	61	1,3	170	1,5	305	1,2	828	1,6
2.1.3 R.M. Salvador	44	0,9	132	1,2	206	0,9	639	1,2
2.1.4 Urb. Não-Metr.	827	17,7	1.853	16,8	4.157	17,0	8.803	16,5
2.2 Rural	1.627	34,6	2.770	25,0	9.423	38,5	14.461	27,2
3. Sudeste	1.230	26,2	3.511	31,7	5.925	24,2	16.076	30,2
3.1 Urbano	824	17,6	2.574	23,3	3.592	14,7	11.321	21,3
3.1.1 R.M. Rio	178	3,8	570	5,2	724	3,0	2.401	4,5
3.1.2 R.M. S. Paulo	170	3,6	480	4,3	714	2,9	2.147	4,0
3.1.3 R.M. B. Horiz.	61	1,4	187	1,7	301	1,2	883	1,7
3.1.4 Urb. Não-Metr.	415	8,8	1.337	12,1	1.653	7,6	5.690	11,1
3.2 Rural	406	8,6	937	8,4	2.333	9,5	4.755	8,9
4. Sul	480	10,2	1.442	13,0	2.302	9,4	6.551	12,3
4.1 Urbano	214	4,6	744	6,7	918	3,7	3.185	6,0
4.1.1 R.M. P. Alegre	26	0,6	94	0,8	101	0,4	872	0,7
4.1.2 R.M. Curitiba	24	0,5	93	0,8	115	0,4	420	0,8
4.1.3 Urb. Não-Metr.	164	3,5	557	5,1	702	2,9	2.393	4,5
4.2 Rural	266	5,6	698	6,3	1.384	5,7	3.366	6,3
5. Centro-Oeste	240	5,1	697	6,3	1.250	5,1	3.389	6,4
5.1 Urbano	126	2,7	421	3,8	595	2,4	1.950	3,7
5.1.1 R.M. Brasília	27	0,6	83	0,8	126	0,5	395	0,8
5.1.2 Urb. Não-Metro.	99	2,1	338	3,0	469	1,9	1.555	2,9
5.2 Rural	114	2,4	276	2,5	655	2,7	1.439	2,7

FCNIE: Valle, N. op.cit.

GRÁFICO 1

RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS
COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA,
E DOS CONTA PRÓPRIA QUE, EFETIVAMENTE, RECEBERAM REMUNERAÇÃO
NO MÊS DE REFERÊNCIA, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO - 1982/86

PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO



Fonte: Indicadores IBGE, vol. 5, nº 10.

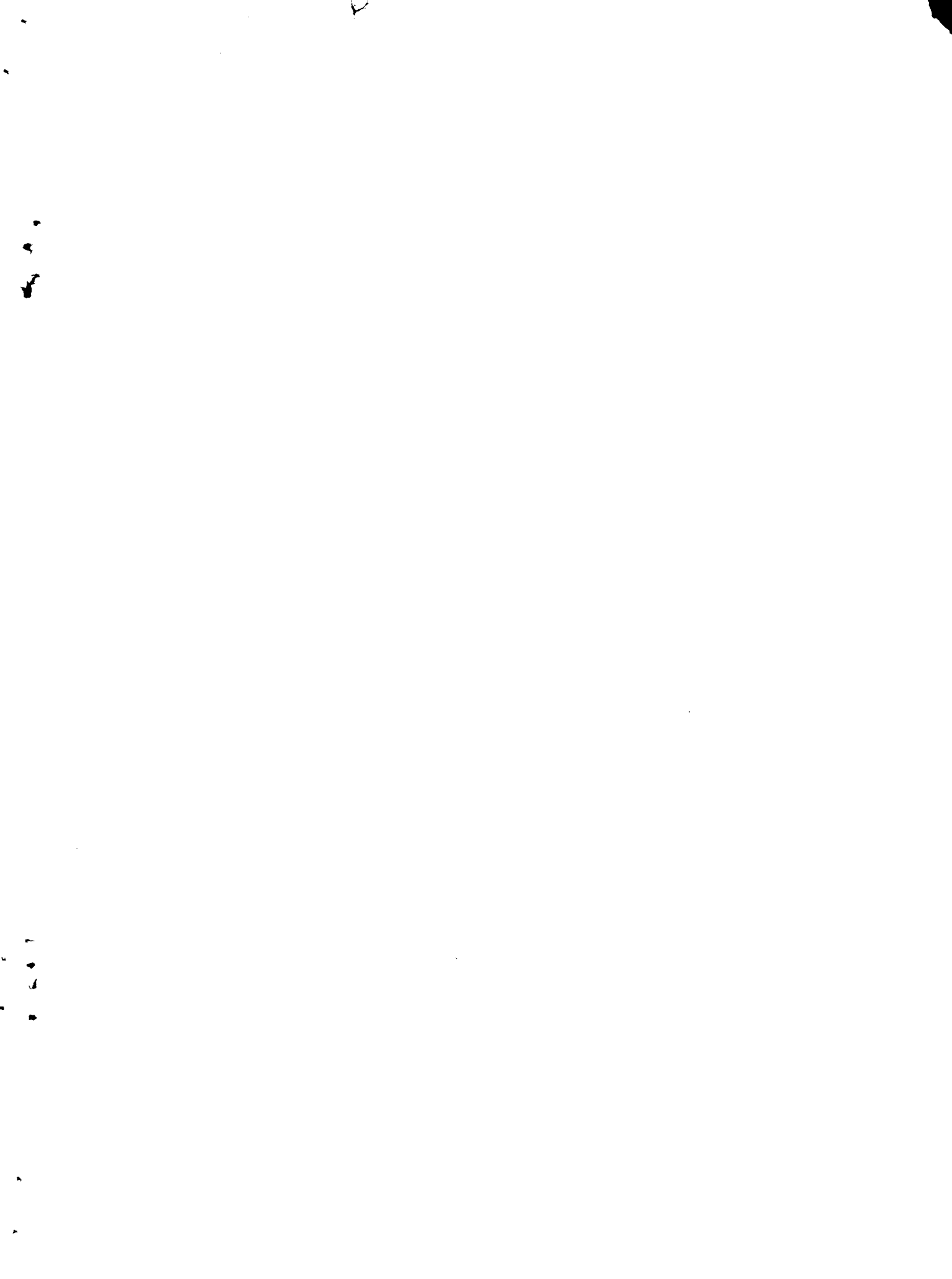


TABELA 56
 TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO E OCULTO POR TRABALHO
 PRECÁRIO E DESALENTO NA GRANDE SÃO PAULO
 1985/1986

Trimestres	Desemprego Aberto		Oculto pelo trabalho* precário		Oculto pelo desalento**	
	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Janeiro a Março	8,9	7,3	3,2	2,5	1,8	1,7
Abril a Junho	8,7	6,6	3,1	2,2	1,7	1,4
Julho a Setembro	7,2	5,7	3,0	2,0	1,7	1,7
Setembro a Dezembro	5,8	4,4	2,3	1,4	1,7	1,5

Fonte: SEADE/DIEESE.

* "Desemprego oculto pelo trabalho precário: realiza, de forma irregular, algum trabalho remunerado ou não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, e encontra-se numa situação de procura de trabalho".

** "Desemprego oculto pelo desalento: não possui nenhum trabalho, não procurou nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, havendo, entretanto, procurado anteriormente até o máximo de 1 ano atrás".